



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
COORDENAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL**

**THAYSE ARIANE PEREIRA DE SOUZA**

**BREVE ANÁLISE CRÍTICO-BIBLIOGRÁFICA ACERCA DO  
SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE DESORDEM MUNDIAL  
E BARBÁRIE: os rebatimentos desse contexto na prática  
profissional dos assistentes sociais**

CAMPINA GRANDE/PB  
2012

**THAYSE ARIANE PEREIRA DE SOUZA**

**BREVE ANÁLISE CRÍTICO-BIBLIOGRÁFICA ACERCA DO  
SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE DESORDEM MUNDIAL  
E BARBÁRIE: os rebatimentos desse contexto na prática  
profissional dos assistentes sociais**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Férriz

CAMPINA GRANDE/PB  
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CIA 01 – UEPB

S729b Souza, Thayse Ariane Pereira de.

Breve análise crítico-bibliográfica acerca do serviço social em tempos de desordem mundial e barbárie: os rebatimentos desse contexto na prática profissional dos assistentes sociais./ Thayse Ariane Pereira de Souza . – 2012.

65f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2012.

“Orientação: Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Férriz, Departamento de Serviço Social”.

1. Capitalismo contemporâneo 2. Rebatimentos 3. Serviço Social I. Título.

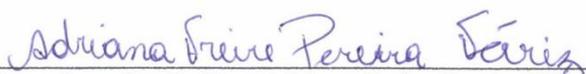
21. ed. CDD 361.25

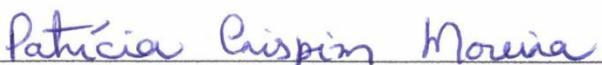
THAYSE ARIANE PEREIRA DE SOUZA

**BREVE ANÁLISE CRÍTICO-BIBLIOGRÁFICA ACERCA DO  
SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE DESORDEM MUNDIAL  
E BARBÁRIE: os rebatimentos desse contexto na prática  
profissional dos assistentes sociais**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau Bacharela em Serviço Social.

Aprovada em 13 / 12 / 2012.

  
Orientadora: Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Férriz – DSS/UEPB  
Orientadora

  
Profa. MS. Patrícia Crispim Moreira – DSS/UEPB  
Examinadora

  
Prof. MS. Ranieri Ferreira Torres – DFCS/UEPB  
Examinador

Em memória da minha avó, Maria Jória Pinto, a imagem do que queria ser, com a qual tive o prazer de compartilhar quinze anos de minha vida. Minha avó era um exemplo de personalidade, uma pessoa que eu sempre busquei me espelhar, por toda a admiração que sempre tive aos seus posicionamentos diante do mundo. Mulher marcante, que não se prendia aos padrões impostos pela sociedade, ela era o que a sua essência lhe permitia ser, sem se amarrar ao que outros julgavam certo ou errado, ela falava o que pensava e respondia a altura por seus pensamentos. Todos os dias da minha vida surgem as suas recordações, com seu sorriso espontâneo e com um jeito que só aquela senhora sabia ter, as suas visitas me alegravam o coração, os meus dias eram mais doces e especiais, o seu abraço me acolhia. Grande bobagem a minha, não pensar que tão cedo eu perderia a minha rainha, aquela senhora tinha um jeito de me amar sem precisar me falar, era uma das poucas pessoas que sabia me cativar. Sempre carregarei e carrego a saudade em meu coração e o amor que eu sinto transborda as dimensões desse universo. Eu faria o possível para ter a minha “ninha” perto de mim por mais uns dias. Eu te amo minha vovoninha! “Me mostre um caminho agora, Um jeito de estar sem você, O apego não quer ir embora Diaxo, ele tem que querer.” (Maria Gadú).

Em memória do meu avô Sebastião de Barros, o “graduado” em cartilha de ABC, mais inteligente que eu conheci, na arte da vida e da evolução na escala espiritual nunca conheci alguém que ao menos chegasse perto do seu patamar, simplicidade e humildade caminhavam juntos, os reais valores da vida ele carregava em sua jornada, a “desvalorização” do material, lhe fazia uma pessoa preocupada com sentimentos que vão além dos fetiches da terra. Na arte do viver ele sabia como superar as diversas adversidades que se colocaram em seu caminho. Agradeço por tudo e principalmente pelo que “só o senhor sabia fazer”. “Essa é a luz que eu preciso luz que ilumina cria e nos dá juízo” (O Rappa).

## AGRADECIMENTOS

Às energias positivas, atreladas a Deus que me acompanharam na superação das adversidades, a toda a minha família, em especial ao meu pai Carlos Albério e a minha mãe Suênia Pinto, por todo o suporte necessário, assim como também ao meu querido irmão Thércyo Augusto, a minha avó Josefa Alves, ao meu lindo avô Antônio Araújo, minha tia Aparecida, a minha tia Jolda Pinto, aos meus primos João Gabriel, Ana Luíza, Carla Vanessa, Arthur Luiz, Ana Beatriz e Ana Carolina, aos meus tios Carlos, Adriana, Petrucio e Alberto e em memória da minha adorada tia Joriete Pinto e da amiga da família Fátima Padre. A cada um desses agradeço de forma carinhosa, por suas contribuições na minha jornada.

À minha amiga Emanuella de Castro Marcolino, que compartilhou a sua infância e que até hoje se faz presente em minha vida, me apoiando em todos os momentos, me incentivando e me ajudando em todos os aspectos. Agradeço por todos os dias felizes que vivemos, pela confiança e principalmente pelo fato de sempre estarmos juntas em nosso dia-a-dia. Você espelha o que é amizade e o que verdadeiramente significa um presente de vida. Agradeço por tudo e quero lhe carregar por toda a minha vida.

À minha grande amiga, Laise França, por toda a sua dedicação, por todo o seu apoio, por todas as nossas conversas, por todos os momentos felizes, por estar sempre comigo e por ter me dado o prazer de poder compartilhar minha história acadêmica, que foi trilhada por muitos momentos engraçados, regado a muito café e madrugadas acordadas e desesperadas, que constituíram os dias mais felizes da minha vida.

Agradeço as minhas companheiras Waleska Suany e Paula Kalyne, pela receptividade assim que me transferi para a sala, por todos os momentos engraçados e até mesmo os intrigantes, por todas as conversas, idas ao CEDUC e ao centro, dentre tantos outros motivos que foram da felicidade à tristeza, do entendimento ao desentendimento, mas que contribuíram para o meu amadurecimento. Agraço a Waleska pela amizade e pelo compartilhamento de ideias e de passeios e pelas conversas norteadas por valores semelhantes. Agradeço a Paula, pelo apoio e pela companhia em inúmeras circunstâncias, se fazendo presente quando necessário.

Agradeço a Tácio, pelo incentivo aos meus estudos, pelo apoio nos dias difíceis e por sua companhia.

A Luiz Arthur, pelas conversas e diversas brincadeiras e por me auxiliar nos estudos. A Thayanne, pela companhia agradável e engraçada em nossas manhãs do estágio e por ter se

feito minha parceira nas atividades relativas a esse campo. Agradeço também às pessoas que passaram pela minha vida e que ajudaram na minha construção, entre elas Ana Emília Morais, Andryw Marques, Karen Andrade, Shara Mendonça e Janaina Limeira.

À minha professora e orientadora Adriana Ferriz, uma das pessoas mais humildes que conheci em toda a minha vida. Adriana é um exemplo de pessoa e de assistente social, como ela eu pude visualizar o quão bela é a atuação de um profissional, que consegue diante de todas as limitações impostas por um contexto tão adverso a execução de um exercício crítico e positivo, conseguindo atrelar teoria e prática.

Aos meus professores da graduação, em especial Jordeana Davi, Geraldo Medeiros, Célia de Castro, Alecsonia Pereira, Socorro Pontes, Renata, Adeilson, Adriano Homero e Cibelly Michalane, como também e de forma muito especial à professora e coordenadora Tereza Karla e a minha banca Patrícia Crispim e Ranieri Torres.

*“As ondas de vaidade inundaram os vilarejos  
E minha casa se foi como fome em banquete  
Então sentei sobre as ruínas  
E as dores como o ferro, a brasa e a pele  
Ardiam como o fogo dos novos tempos  
E regaram as flores do deserto  
E regaram as flores com chuva de insetos  
Aos jornais eu deixo meu sangue como capital  
E às famílias um sinal  
À corte eu deixo um sinal!”  
**(O Salto- O Rappa)***

*“(…)Pois paz sem voz, paz sem voz  
Não é paz, é medo!  
As vezes eu falo com a vida,  
As vezes é ela quem diz:  
"Qual a paz que eu não quero conservar  
Pra tentar ser feliz?"  
As grades do condomínio  
São pra trazer proteção  
Mas também trazem a dúvida  
Se é você que tá nessa prisão”  
**(Minha Alma – O Rappa)***

*“De geração em geração  
Todos no bairro já conhecem essa lição.  
O cano do fuzil, refletiu o lado ruim do Brasil  
Mas nesta hora só tem sangue quente  
E quem tem costa quente  
Pois nem sempre é inteligente  
Peitar um fardado alucinado  
Que te agride e ofende para te  
Levar alguns trocados  
Era só mais uma dura  
Resquício de ditadura  
Mostrando a mentalidade  
De quem se sente autoridade  
Nesse tribunal de rua.”  
**(Tribunal de Rua- O Rappa)***

*“Moço, peço licença eu sou novo aqui  
Não tenho trabalho, nem passe, eu sou novo aqui  
Não tenho trabalho, nem classe, eu sou novo aqui  
Sou quase um cara não tenho cor, nem padrinho  
Nasci no mundo, sou sozinho  
Não tenho pressa, não tenho plano, não tenho dono  
Não me escoro em outro e nem cachaça  
O que fiz tinha muita procedência  
Eu me seguro em minha palavra  
Em minha mão, em minha lavra”  
**(Meu mundo é o Barro-O Rappa)***

*“Eu recebi seu tic,  
Quer dizer kit,  
De esgoto a céu aberto,  
E parede madeirite”  
**( Negro Drama racionais mc's)***

*“O caminho do inferno está pavimentado de boas intenções.” **(Karl Marx)**  
“Trabalhadores do mundo, uni-vos!” **(Karl Marx)**.*

## RESUMO

As reflexões aqui engendradas se referem às inéditas configurações do modo de produção capitalista, em sua busca incessante de se reestabelecer, a partir do derruir dos “anos dourados”, enfocando as incidências desse processo no mundo do trabalho e na prática profissional do Serviço Social. O objetivo geral consistiu em analisar os rebatimentos da ofensiva do capital em sua roupagem atual na prática profissional dos assistentes sociais, enquanto que os objetivos específicos foram: analisar a perspectiva sócio-histórica do capitalismo e suas metamorfoses; compreender o capitalismo contemporâneo em sua ofensiva e elencar implicações no mundo do trabalho; delimitar as possibilidades e os limites impostos aos assistentes sociais lotados em diversos espaços sócio-ocupacionais e, por fim, contribuir para o avanço do debate teórico no que diz respeito aos rebatimentos do capitalismo, na terceira fase do imperialismo, na prática profissional dos assistentes sociais. O estudo possui como aspecto basilar a não naturalização das relações sociais capitalistas, trazendo como alicerce aspectos totalizantes, que descartam as visões unilaterais que enfatizam o capitalismo como um sistema não suscetível a superação, tomando por base o método materialista histórico dialético, que fomenta uma análise a partir do processo de contradições de forças, buscando chegar à essência dos fatos. Para que ocorra esse procedimento foram utilizados recursos bibliográficos compatíveis com esse tipo de proposta, para fomentar a compreensão desse debate, foram contextualizados os modos de produção que antecederam o capitalismo, logo após, foi tratado a sua emersão e as categorias inerentes a esse modo de produção trazendo os seus contornos até a sua fase contemporânea, situando os mecanismos de reversão da crise do fim dos anos 1970 e as suas implicações na sociedade, fornecendo fundamentos para embasar a análise das suas incidências no exercício laborativo do assistente social em seus diversos espaços sócio-ocupacionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capitalismo contemporâneo, rebatimentos, Serviço Social.

## **ABSTRACT**

These reflections engendered refer to unreleased settings capitalist mode of production's, in their relentless quest to restore from the ending of the "golden years", focusing on the incidences of this process in the world of work and professional practice of social work. The overall objective was to analyze the repercussions of the offensive of capital in its current guise in the professional practice of social workers while the specific objectives were to assess the socio-historical perspective of capitalism and its changes; understand contemporary capitalism in its offensive and rank implications for the world of work; delimit the possibilities and limits of social workers stationed in various socio-occupational spaces and ultimately contribute to the theoretical advancement with regard to repercussions of capitalism, in the third stage of imperialism, professional practice assistants social. The study has as a fundamental aspect the not naturalization of capitalist social relations, bringing as totalizing aspects foundation, who reject the unilateral visions that emphasize capitalism as a system is not susceptible to overcome, based on the historical materialist dialectical method, which foments an analysis from the process of contradictions forces, seeking to get to the essence of facts. For this procedure occurs bibliographic resources were used consistent with this type of proposal, to enhance understanding of this debate, were contextualized modes of production that preceded capitalism, soon after, was dealt its emergence and categories inherent in this mode production bringing its contours until its contemporary phase, placing the mechanisms of reversal of the crisis of the late 1970s and its implications for society, providing grounds to support the analysis of its implications in the laborative exercise Social Worker in their various sociooccupational spaces.

**KEYWORDS:** Contemporary Capitalism, aftermaths, Social Service.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 O PERSCRUTAR HISTÓRICO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: suas categorias inerentes e suas metamorfoses.....</b>	<b>13</b>
<b>3 OS REBATIMENTOS DA OFENSIVA DO CAPITAL NO MUNDO DO TRABALHO: Do Fim dos anos dourados à emersão do Estado Mini-max.....</b>	<b>20</b>
<b>4 AS IMPLICAÇÕES DA REESTRURURAÇÃO DO CAPITAL NA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: a realidade brasileira.....</b>	<b>38</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>59</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>63</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O estudo apresentado advém do despertar de reflexões e inquietações engendradas ao longo do curso de graduação em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Alguns questionamentos surgiram de estudos e observações acerca da ofensiva do capital em sua versão contemporânea e da precarização das relações de trabalho, que conflitam com o exercício laborativo do profissional do Serviço Social em sua corrente hegemônica e na construção e consolidação de mecanismos que fortifiquem a sua defesa, assim como também dos interesses coletivos da classe trabalhadora.

O trabalho foi norteado pela hipótese de que a recomposição do ciclo do capital interveio no percurso de produção e reprodução material e espiritual da força de trabalho, no momento em que consolidou as suas bases inéditas de exploração, por meio de um arcabouço de alterações na organização da produção material, e das modalidades de gestão e de consumo da força de trabalho, intervindo nas práticas sociais e conseqüentemente no trabalho dos assistentes sociais.

Portanto, contribuir para o debate em torno da relação entre o capitalismo em suas configurações atuais e os seus rebatimentos na prática profissional do assistente social é uma motivação para a realização deste estudo, compreendendo que essa discussão atravessa o fortalecimento da categoria no sentido que suas ações ganhem força e legitimidade política, através de uma práxis profissional cada vez mais conseqüente, assim como também no processo de luta por melhores condições de trabalho para os profissionais da área.

O estudo se propôs a conceber a discussão acerca do cotidiano profissional dos assistentes sociais, em meio à perspectiva contraditória atual, quanto aos elementos críticos que dimensionam a profissão e as incidências na prática profissional, que compõe um dos diversos embates vivenciados pela categoria no contexto da nova roupagem do capital. Assim, o presente trabalho, almeja contribuir para o debate crítico do Serviço Social e as possibilidades de sua (auto) definição no atual contexto da profissão.

O objetivo geral da pesquisa bibliográfica consistiu em analisar os rebatimentos da ofensiva do capital na contemporaneidade na prática profissional dos assistentes sociais, desse modo, a questão central dessa pesquisa reside em analisar as dinâmicas contemporâneas e as suas resultantes na prática do assistente social, diante do contexto de modificações retrógradas no mundo do trabalho. No que concerne aos objetivos específicos, pretendeu-se analisar a perspectiva sócio-histórica do capitalismo e suas metamorfoses, compreender o capitalismo contemporâneo em sua ofensiva e elencar suas implicações no mundo do trabalho; delimitar

as possibilidades e os limites impostos aos assistentes sociais lotados em diversos espaços sócio-ocupacionais, e, por fim, contribuir para o avanço do debate teórico no que diz respeito aos rebatimentos do capitalismo, na terceira fase do imperialismo, na prática profissional dos assistentes sociais.

A realização dessa pesquisa residiu do interesse e da aproximação por leituras integradoras entre o Serviço Social e as disciplinas de Economia Política, Política Social, Sociologia e Teoria Política, além da participação em grupos e atividades extra sala de aula que possibilitaram um aprofundamento com relação a essa temática. Em meio a uma construção que se baseou na articulação entre esses campos de saberes, que se deu durante o percurso da graduação, foi gerado o eixo norteador crítico para a construção e para análise do debate exposto no trabalho.

Inicialmente tais reflexões se estenderiam ao estágio supervisionado, na oportunidade de conhecer a prática profissional dos assistentes sociais em um Centro de Referência de Assistência social- CRAS do município de Campina Grande, onde emergiu a ideia de articular os estudos anteriormente citados, com a prática dos assistentes sociais lotados nessa localidade. Tendo em vista que por meio da observação cotidiana e de questionários aplicados para a realização de trabalhos de diversas disciplinas, inferia-se as limitações que eram impostas nesse espaço sócio-ocupacional aos profissionais da área. Diante do desejo de trabalhar essa temática nesse lócus e da impossibilidade que foi gerada para a aplicação da pesquisa por motivos de forças maiores, foi decidido redimensioná-la, tratando do mesmo debate, agora bibliograficamente.

No que se refere à metodologia, quanto ao tipo de pesquisa, a mesma parte do método materialista histórico-dialético, que concebe os conflitos de poderes e as suas intencionalidades, assim como a arena de articulações de grupos sociais diversos, inseridos em um contexto de forças contraditórias e a realidade enquanto processo dinâmico, *lócus* das relações sociais capitalistas e produto de vários agentes sociais (incluindo-se aí as classes, o Estado e grupos sociais paralelos) em seus valores de uso e de troca, como norteadores da prática profissional. O diálogo se procede a partir da compreensão de que a realidade não é “única”, devendo ser analisada em sua totalidade, desse modo, não escamoteando a essência dos fatos, possibilitando a realização de uma mediação que ultrapasse o caráter aparente dos fenômenos, não ficando presa a acriticidade e conseqüentemente a imediaticidade.

Quanto aos procedimentos metodológicos, esses se deram a partir da utilização dos recursos bibliográficos, por meio de referenciais teóricos que dão à luz e que ancoraram a temática em estudo, objetivando compreender e interpretar as análises obtidas, assim a

pesquisa se caracterizará pelo levantamento bibliográfico referente à área do Serviço Social e demais áreas correlatas.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo, intitulado **O PERSCRUTAR HISTÓRICO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: Suas categorias inerentes e suas metamorfoses**, contextualizou-se os modos de produção que antecederam o capitalismo, todo o seu percurso histórico, as suas categorias basilares e as seus contornos adquiridos até a sua fase contemporânea. No capítulo seguinte, **OS REBATIMENTOS DA OFENSIVA DO CAPITAL NO MUNDO DO TRABALHO: do fim dos anos dourados a emersão do Estado mini-max**, analisou-se as estratégias de reversão da crise do fim dos anos 1970 as suas implicações econômicas, políticas e ideológicas na sociedade. E, por fim, no terceiro capítulo, **AS IMPLICAÇÕES DA REESTRURURAÇÃO DO CAPITAL NA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: a realidade brasileira**, abordou-se brevemente o processo de contrarreforma do Estado brasileiro e suas incidências no exercício laborativo do assistente social.

## **2 O PERSCRUTAR HISTÓRICO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: suas categorias inerentes e suas metamorfoses**

Inicialmente, para compreender o processo do movimento do capital, se faz necessário destacar algumas categorias e proceder, historicamente, para que não ocorra a naturalização das relações sociais. É prioritário, nesse contexto, ressaltar que o trabalho, segundo com a tradição marxista seguida por Netto e Braz (2007) é a maneira pelo qual o ser humano, através da sua interação com a natureza, a transforma para realizar materialmente as suas necessidades elementares. Desse modo, é que ocorre a transformação das matérias naturais em produtos que satisfazem às suas precisões, permitindo a manutenção e a reprodução da vida humana, se inferindo que o trabalho, além de ser importante para a compreensão da atividade econômica, constitui uma categoria central para o processo de entendimento da forma de ser do homem e da sociedade.

Essa atividade é realizada, exclusivamente, pelo ser humano, já que os demais animais respondem aos imperativos de sua sobrevivência através da execução de atividades que lhes são geneticamente determinadas, por meio de uma relação imediata com o meio ambiente e de maneira fixa. Nesse enfoque, Lessa (2007, p. 29) complementa que

O único pressuposto de Marx é que os homens devem constantemente transformar a natureza para produzir os bens indispensáveis à sua reprodução. Nesse sentido preciso a natureza é a base ineliminável do mundo dos homens. E, também nesse preciso sentido, o trabalho é o intercâmbio orgânico do homem com a natureza.

Portanto, o trabalho rompeu com o padrão natural: ele é mediado por instrumentos, não é executado por meio de determinações genéticas, necessita de habilidade e de conhecimento advindo do aprendizado, como também responde às necessidades que se apresentam de maneiras variáveis e que exigem respostas afixas. O trabalho se apresenta como uma categoria projetada pelos homens antes da sua realização, ou seja, uma atividade teleologicamente programada, que possa ser reproduzida e transmitida por meio de um sistema de comunicação, que requer uma linguagem articulada e que sempre se constitui como uma atividade coletiva, o que lhe permite um caráter social. Assim, ela atinge os indivíduos e a sua maneira de se organizar, transformando-os. Foi por meio do trabalho que emergiram os primeiros grupos humanos, diferentes do ser natural: o ser social, constituindo o ser humano como tal.

Nessa perspectiva é importante salientar que mesmo sendo o trabalho elemento constitutivo do ser social, o mesmo não se restringe a essa atividade: ele gera objetivações que

vão além do universo do trabalho, o que podemos nomear de práxis, categoria que tem no trabalho o seu modelo, mas que abarca muito mais que ele, ou seja, abrange todas as objetivações humanas. Desse modo, o ser social constrói um universo de produtos, valores e obras, já que além das suas objetivações elementares formadas pelo trabalho, ele se projeta e se satisfaz nas objetivações materiais e ideais da ciência, da arte, entre outros.

Na sua magnitude, a práxis desvenda o ser humano como criativo e autoprodutivo. Porém, diante do contexto histórico em que estão inseridos os homens, os produtos do trabalho e da imaginação passam a controlá-los, lhe aparecendo como algo que lhes é estranho e esmagador (tirânico). Esse fato é designado historicamente como alienação, e é inerente ao capitalismo, sistema econômico caracterizado pela existência da propriedade privada dos meios de produção, da divisão social do trabalho e da exploração do homem pelo homem (NETTO; BRAZ, 2007). A alienação se expressa primariamente nas relações de trabalho e carimba as faces materiais e ideais de toda a sociedade, deixando de provocar a humanização e gerando a regressão do ser social. Nesse sentido,

No MPC o trabalho (atividade criadora de valor) só pode se realizar sob comando do capital – processa-se uma subsunção do trabalho ao capital –, ou seja, como mencionamos, o trabalhador precisa vender sua força de trabalho ao capitalista estabelecendo uma relação de emprego, uma relação salarial. Essa relação (entre capital e trabalho), longe de realizar a “liberdade” (no sentido apontado), é uma relação de exploração e alienação. Portanto, o trabalho, ontologicamente determinante do ser social e da liberdade, na sociedade comandada pelo capital promove a exploração e alienação do trabalhador – o trabalho assalariado, portanto, desumaniza o trabalhador (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 80-81).

Para dar continuidade ao entendimento desse processo, que tem como foco a compreensão do capitalismo, é importante colocar que durante a história da humanidade existiram modos de produção precedentes ao mesmo, foram eles: a comunidade primitiva, o escravismo e o feudalismo que, a partir da sua crise e da emersão da Revolução burguesa, deu início ao modo de produção capitalista vigente até hoje. Em cada uma dessas estruturas supracitadas se localiza a base econômica da sociedade, que resulta na existência de uma reunião de instituições e de ideias com ela conciliável (NETTO; BRAZ, 2007).

Tendo em vista o que foi colocado e centrando-se no modo de produção vigente, pode-se falar sobre a mercadoria: esta se apresenta como algo externo ao homem, que responde às suas precisões humanas, seja ela material ou espiritual. Para que se constitua como tal é necessário que a mesma possua valor de uso (o determinante de sua utilidade), possa ser reproduzida, que possua valor de troca (que possa ser trocada, vendida), que haja divisão

social do trabalho e que esteja articulada à propriedade privada dos meios de produção (MARX, 2006).

Para se falar de mercadoria, é necessário se abordar o início da produção mercantil. Essa emergiu com o escravismo apresentando um maior desenvolvimento no feudalismo, porém essa produção caracterizava-se como produção mercantil simples, já que o dinheiro servia apenas como um meio de troca entre mercadorias distintas, o que pode ser demonstrado na expressão M-D-M (Mercadoria – Dinheiro – Outra Mercadoria). Quando ocorreu a expansão das atividades comerciais e a formação de mercados maiores e mais distantes, os comerciantes passaram a procurar mercadorias mais baratas para vender a preços mais altos, passando o esquema a se configurar como D-M-D<sup>+</sup> (Mercadoria – Dinheiro – Dinheiro Acrescido). Com isso, os comerciantes não participavam da atividade produtiva, tanto onde compravam, quanto onde vendiam, sendo “apenas” a ligação entre esses espaços, dando origem à burguesia entre os grupos mercantis, onde as fortunas se elevaram entre os séculos XV e XVI.

É no século XVII que entra em vigor a produção mercantil capitalista, onde a burguesia é a detentora dos meios de produção. Porém, não é a mesma quem trabalha: ela passa a comprar a força de trabalho e a explorá-la, possibilitando ao capitalista, por meio do dinheiro, produzir mercadorias para conseguir mais dinheiro. Esquematizando esse processo tem-se D-M-D', onde o capitalista com uma soma de dinheiro inicial D, compra mercadorias M (matérias, força de trabalho, instalações e máquinas) e fazendo atuar essa força de trabalho através das máquinas e dos instrumentos sobre as matérias no processo produtivo, se chega a mercadorias M', que é vendida por uma soma maior do que a que se investiu inicialmente, somado a mais-valia D'. Vale salientar que esse processo, diferentemente dos que ocorreram anteriormente ao capitalismo que se dava na esfera da circulação, nesse momento, passa a se dar na esfera da produção, só se realizando quando o capitalista conquista o D'.

Tendo em vista uma melhor compreensão, vale salientar que é com o dinheiro (D) que o capitalista adquire os meios de produção (o capital constante) e a força de trabalho (o capital variável), que é designada como mercadoria especial, já que ela é a única capaz de criar valor, pois quando o capitalista a adquire, ele paga o equivalente ao seu valor de troca e não ao valor criado por ela na sua utilização. Portanto, a distinção entre a compra que o capitalista realiza dos meios de produção e da força de trabalho é que esta é comprada pelo valor de troca sendo apropriado dessa o seu valor de uso. Desse modo, o capitalista emprega a força de trabalho para obter o resultado superior ao valor que ele empenhou para comprá-la. Lessa (2007, p. 39) cita que uma característica importante da sociedade burguesa é

que a exploração dos trabalhadores é feita segundo as leis econômicas do mercado. Estas “leis de mercado” são leis capitalistas. Elas reduzem tudo, inclusive a força de trabalho, a mercadorias. A força de trabalho de todos nós é avaliada pelo mesmo critério de mensuração de qualquer mercadoria. Como as mercadorias são coisas, não são pessoas, o valor da força de trabalho é muito menor do que as necessidades humanas do trabalhador. O trabalhador é gente e não mercadoria; mas como ao capital o que importa são apenas as mercadorias, o “humano” da força de trabalho é completamente desprezado.

Assim, na jornada de trabalho está contido um valor a mais de trabalho, e é esse excedente que se designa como mais-valia, que se apresenta como a diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador, se configurando como a base da exploração do sistema capitalista.

A acumulação do capital se faz pela apropriação da mais-valia. Como a mercadoria, no sistema capitalista, pode ser tanto a natureza transformada (o martelo) como um serviço (uma aula, um show de música, etc.), em todos esses casos o burguês pode extrair mais-valia e acumular capital. A fonte de mais-valia pode ser tanto o trabalho operário (que atua sobre a natureza) como a do cantor (que não atua sobre a natureza). [...] Diferente dos modos de produção passados, portanto, a burguesia conseguiu, com o capitalismo, uma fonte de riqueza muito mais ampla e dinâmica, pois agora consegue acumular capital não apenas do trabalho que transforma a natureza mas também de uma enorme gama de atividades (LESSA, 2007, p. 71).

Esse processo, designado como modo de produção capitalista, se consolidou durante a passagem do século XVII ao XIX, com seu marco triunfante no século XVIII com a Revolução Industrial, por meio do mercado mundial e desenvolvimento das forças produtivas, explicitando as suas classes fundamentais – a burguesia e o proletariado. Atualmente, o capitalismo se configura como um sistema planetário: funda-se na exploração do trabalho e possui como objetivo central o lucro. Tal busca desenfreada pelo mesmo não se dá por uma questão psicológica ou moral, se dá pelo fato de que as empresas e os capitalistas só existem por meio dele e priorizam a obtenção do mesmo para não serem liquidados, tendo em vista que o lucro apresenta-se como a força motriz desse modo de produção que só pode existir e se reproduzir por meio deste.

A sociedade burguesa marcou o surgimento de uma nova relação entre os homens. Nela, as relações sociais são, antes de qualquer coisa, instrumentos para o enriquecimento pessoal. Se, para um burguês se enriquecer ou se tornar ainda mais rico, for necessário jogar milhões na miséria – ou mesmo matar milhões – ele assim o fará, e a sociedade burguesa aceitará esse fato como natural: idiota quem deixar de ganhar dinheiro para promover o bem estar alheio (LESSA, 2007, p. 30).

Historicamente, o capitalismo apresenta-se como um sistema de sucessórias crises (caracterizada como um estado em que os excedentes de produção e reinvestimentos se

encontram entravados), sendo instável e apresentando tanto expansão e crescimento da produção quanto depressões, que se revelam por meio de falências, quebradeiras, e no que concerne a classe trabalhadora resulta em desemprego e miséria. Assim, no movimento do capital (D-M-D'), o capitalista realiza investimento para produzir mercadorias almejando obter mais dinheiro do que foi investido inicialmente e a crise expressa o travamento desse processo, ou seja, a mercadoria não se converte em mais dinheiro.

As crises advêm de diversos fatores e espelham o caráter contraditório do modo de produção capitalista, pois são funcionais ao mesmo, tendo em vista que são instrumentos, por meio dos quais o capitalismo se reestabelece em níveis mais complexos e de maior instabilidade. O capitalismo possui vários exemplos de crise de superacumulação, algumas locais e de curta duração, outras em escala elevada e outras vezes tomando todo o sistema e, mais tarde, o globo como as que ocorram nos anos de 1848, 1929, 1973 e 2008. Assim, a maneira de realização do capital, ou seja, a sua aparência, vai se alterando conforme o tempo e as suas necessidades, porém a sua essência continua a mesma – o seu processo de reprodução ampliada.

Nessa perspectiva vale salientar que “ao longo de sua existência, o capitalismo moveu-se (move-se) e transformou-se (transforma-se); mobilidade e transformação estão sempre presentes nele” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 169) por meio do rápido desenvolvimento das forças produtivas, das modificações das atividades econômicas, de inovações tecnológicas e organizacionais, dos processos sociais, políticos e culturais que dizem respeito às classes sociais em um dado momento histórico, aspectos esses que modificam o curso do desenvolvimento do mesmo.

Desse modo, vale dimensionar a evolução do capital para que posteriormente se proceda o enfoque da sua fase atual. Na gênese do modo de produção em questão, tem-se a emergência da economia mercantil, no qual o comércio e a produção artesanal tiveram destaque, havendo o predomínio de trabalhadores independentes, que sobreviviam da venda do produto de seu trabalho, mas não de sua força motriz, nesse sentido, os artesões eram detentores das matérias primas, das oficinas e dos meios de produção, não havendo a generalização do assalariamento.

Após essa fase, entra em vigor o capitalismo comercial, também denominado de fase de acumulação originária ou primitiva de capital, que geraria mais adiante a Revolução Industrial. Esse momento se deu entre os séculos XVI e XVIII, ainda havendo a predominância do produtor independente, porém houve a expansão do assalariamento. Nesse dado período histórico houve a sobreposição do capital mercantil sobre o produtivo: o lucro

localizava-se na mão dos comerciantes, intermediários entre o produtor e o consumidor, portanto, a mais elevada taxa de lucratividade se concentrava em quem comprava e vendia a mercadoria e não em quem a produzia. Desse modo, o capital se acumulava na circulação e no comércio, não na produção.

Posteriormente, surge o capitalismo industrial ou concorrencial, que se inicia na Inglaterra na segunda metade do século XVIII e nas últimas décadas do século XIX passa a predominar em quase todas as regiões do mundo; nesse contexto, o capital acumulado na circulação de mercadorias é investido na produção; o capital industrial passa então a dominar o conjunto da produção, distribuição e circulação de riquezas, com o assalariamento passando a predominar e distinguir os donos dos meios de produção da massa de trabalhadores.

Nessa fase, caracterizada pela grande indústria e conseqüente elevado índice de urbanização, surgiram as lutas de classes, ou seja, as lutas fundadas no antagonismo entre burguesia e proletariado, em que a classe detentora do poder passou a fomentar respostas, tomando por base para além da repressão, a incorporação de novas tecnologias à produção, de forma a atemorizar a classe operária por meio de ameaça de desemprego pela minimização do trabalho vivo. Nesse sentido, a elevação tecnológica e redefinição das dimensões espaciais e temporais ocorrem concomitantemente ao processo de ampliação da miséria e da indigência; e o Estado burguês coercitivo exercendo a função de manter a propriedade privada e a ordem pública. Nesse momento, o liberalismo ditava as regras e a participação social se dava de forma bem restrita: a democracia política só triunfou a partir de muitas lutas do movimento operário, se inserindo como uma conquista dos mesmos.

Esse cenário foi alterado a partir da segunda metade do século XIX, resultante dos eventos de 1848, em que as lutas de classe se elevaram a outro patamar, refletindo o caráter antagonico das classes fundamentais e seus respectivos interesses. Nesse contexto, o proletariado saiu da condição de "classe em si" à "classe para si" (atuando como sujeito revolucionário, representando os interesses e as necessidades coletivas), havendo em nível histórico mundial a ascensão do processo de luta dos trabalhadores que, permeados de uma forte e inédita consciência política, constatou que os problemas sociais eram intrínsecos à ordem burguesa e que a solução desses implicaria a dissolução daquele. Assim, a burguesia passa a assumir a decadência ideológica, abandonando os ideais emancipatórios que travaram a sua luta contra o Antigo Regime, constatando a ineficácia das medidas de caráter absolutamente coercitivo e conseqüentemente passando a "oferecer" os mínimos sociais à classe trabalhadora, para que pudesse consolidar as bases para a sua perpetuação.

A última fase do capitalismo é a fase imperialista que se configura como a fase monopolista do capital, que se designa e se caracteriza respectivamente como:

O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes, que se caracteriza por 1) A concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada neste capital financeiro, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LÊNIN APUD NETTO; BRAZ, 2007, p. 180).

Em seu processo histórico de pouco mais de um século, o imperialismo sofreu diversas modificações, distintas em três fases: a fase clássica que vai de 1890 a 1940; o “anos dourados”, do fim da Segunda Guerra Mundial até a entrada da década de setenta do século XX; e o capitalismo contemporâneo, de meados dos anos 1970 até a atualidade. Nesta última fase temos como face político-ideológica o neoliberalismo, que ganha espaço no momento em que o capital financeiro “abre as portas” para a sua inserção, conseqüentemente aumentando o processo de reestruturação, que se deu a partir da produção e reprodução ampliada do capital. Assim, como o enfoque é a sua fase contemporânea, será ressaltado o derruir dos “anos dourados” e a conseqüente emergência do capitalismo contemporâneo em especial para compreensão das suas marcas no contexto brasileiro.

### **3 OS REBATIMENTOS DA OFENSIVA DO CAPITAL NO MUNDO DO TRABALHO: do fim dos anos dourados à emersão do Estado mini-max**

O período pós-Segunda Guerra Mundial gestou a fase madura do capitalismo, que em seus primeiros trinta anos propiciou a sua expansão, por meio de altas taxas de lucros e ganhos de produtividade para as empresas e políticas sociais destinadas à classe proletária. Porém, os ganhos para a classe trabalhadora não vieram “de graça”: vivenciava-se um período em que os trabalhadores lutavam para não serem explorados; de forma articulada se apresentavam à burguesia como uma ameaça ao sistema econômico, travestidos como um exército forte e bem munido, não ofereciam alternativa à ordem burguesa. A essa cabia a sua inserção na arena de negociações com o movimento operário, assim lhe restando em meio a esse jogo de conflitos de interesses, “apostar as suas cartas” na implementação de um sistema corporativista que naquelas circunstâncias surgia como uma alternativa de se estabelecer e de se manter no poder.

Dentre os anseios que o movimento operário possuía, pode-se destacar como ponto fulcral de suas reivindicações, na pauta das lutas trabalhistas, o controle sobre o processo de trabalho (que propiciava a burguesia o direito de ser proprietário dos meios de produção, assim como também o direito de controlar o processo trabalhista e contratar e demitir trabalhadores). No corporativismo, a relação entre proletariado e burguesia passou a se ancorar em um processo de troca, os burgueses respondiam aos imperativos dos trabalhadores por meio de benefícios trabalhistas e bons salários e o proletariado oferecia como moeda de troca, a sua colaboração no processo de racionalização técnica, que objetivava tornar positivo a satisfação e a motivação dos trabalhadores no chão de fábrica.

Diante do exposto, de acordo com Coutinho (2008), ancorado em Gramsci, ao contrário de uma revolução popular, “jacobina”, realizada a partir de baixo, que rompe radicalmente com a velha ordem política e social, uma revolução passiva implica sempre em dois momentos: o da restauração (uma reação conservadora à possibilidade de uma transformação efetiva e radical proveniente “de baixo”) e da renovação (em que algumas demandas populares são realizadas “pelo alto”, por meio de concessões das camadas “de cima”). Nesse sentido, em uma revolução de caráter passivo, ocorre um reformismo “pelo alto”, como aconteceu no *Welfare State*. Essas são algumas das características principais de uma revolução passiva:

1) as classes dominantes reagem as pressões que provem das classes subalternas, ao seu “subservismo esporádico, elementar”, ou seja, ainda não suficientemente organizado para promover “uma revolução jacobina”, a partir de baixo, mas já capaz de impor um novo comportamento as classes dominantes; 2) esta reação, embora tenha como finalidade principal a conservação dos fundamentos da velha ordem, implica o acolhimento “de uma certa parte” das reivindicações provindas de baixo; 3) ao lado da conservação do domínio das velhas classes, introduzem-se assim modificações que abrem o caminho para novas modificações. Portanto, estamos diante, nos casos de revolução passiva de uma complexa dialética de restauração e revolução, de conservação e modernização (COUTINHO, 2008, p. 96).

Durante esse perscrutar histórico, na abertura do ano de 1970, a onda expansiva do capital se exauriu. Segundo Anderson (1995), a chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista entrou em uma longa e profunda recessão, associando, de forma inédita na história, baixos índices de crescimento e altos índices de inflação, alterou-se tudo e, a partir desse momento, as ideias neoliberais ganharam terreno. Em resposta à organização e articulação do proletariado, Laurell afirma: (1995) a burguesia iniciou um processo de produção de táticas que consistia na tentativa de reversão do quadro de instabilidade em que se encontrava.

A partir desse momento, revides passaram a ser colocados em prática tanto no ambiente sócio-ocupacional dos trabalhadores (com a alteração do processo produtivo, organizativo, administrativo, gerencial e das relações dentro da empresa, objetivando por meio da introdução de tecnologias de processamento de dados, de computadores e de microprocessadores à centralização da produção e a descentralização da execução) como na esfera estatal (com a redução do papel do Estado). Assim, o primeiro passo em direção à elevação dos lucros do capital foi o ataque ao movimento sindical, já que se atribuíam a esse, a responsabilidade pelos gastos públicos com as garantias sociais e a queda da lucratividade capitalista devido às suas demandas salariais. Desse modo, com a quebra do padrão fordista de produção, articulado a outros instrumentos decorreram diversas alterações e atualmente:

Na conjuntura em que estamos imersos, as classes trabalhadoras – por muitas razões, entre as quais a chamada “reestruturação produtiva”, que pôs fim ao fordismo e, portanto, às formas correspondentes de organização dos operários - têm sido obrigadas a se pôr na defensiva: suas expressões sindicais e político-partidárias sofreram assim um evidente recuo na correlação de forças com o capital. Além disso, com o colapso do “socialismo real”, diminuí em muito a força de atração das ideias socialistas, que uma habilidosa propaganda ideológica identificou com o modelo “estatolátrico” vigente nos países da Europa do Leste. A luta de classes, que certamente continua a existir, não se trava mais em nome da conquista de novos direitos, mas da defesa daqueles já conquistados no passado (COUTINHO, 2008, p. 102).

Dessa forma, com o fim dos “anos dourados” (NETTO; BRAZ, 2007), ocorreram diversas modificações nos sistemas econômico, político, social e cultural, objetivando

fomentar respostas à crise do capital através de estratégias que possuíam como pilar o tripé, intimamente relacionado, da reestruturação produtiva, da financeirização do capital e da ideologia neoliberal, que se aportava na liberdade de mercado e, conseqüentemente, na destruição dos direitos sociais e trabalhistas, quebrando as amarras impostas pelo pacto social-democrata e pelo Estado intervencionista.

Na época neoliberal, não há espaço para o aprofundamento dos direitos sociais, ainda que limitados mas estamos diante da tentativa aberta – infelizmente em grande parte bem-sucedida – de eliminar tais direitos, de desconstruir e negar as reformas já conquistadas pelas classes subalternas durante a época de revolução passiva iniciada com o americanismo e levada a cabo no Welfare (COUTINHO, 2008, p. 102).

Nessa perspectiva, Netto e Braz (2007) apontam que o capitalismo “globalizado”, “transnacional” e “pós-fordista” “desvestiu a pele de cordeiro” e as suas novas configurações demonstram que a restauração do capital não possui nenhum comprometimento com o social, desse modo, todas as alterações colocadas em prática, possui como função central derrotar qualquer forma de regulação política que se dê além do mercado, como também objetiva gerar condições renovadas para a exploração da força de trabalho. Nesse sentido, o seu objetivo tem sido coroado com êxito, já que o capitalismo em sua roupagem atual conseguiu atingir a sua meta de restauração das taxas de lucro. Desse modo, as suas respostas foram exitosas no sentido do que propunham, mesmo que as suas formulações para a crise não tenham conseguido modificar o perfil da onda longa recessiva, já que o crescimento continua reduzido.

Assim, o neoliberalismo, segundo Anderson (1995) representa um arcabouço de ideias e práticas político-econômicas de cunho intelectual e moral capitalista, que emergiu no pós Segunda Guerra Mundial, se configurando como um processo distinto do liberalismo clássico. Sua gênese se deu na região da Europa e da América do Norte onde triunfava o capitalismo e seu texto de origem foi *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944, onde o mesmo enfatizava que "apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna”.

Defendendo a não participação do Estado na esfera econômica, salvo se for para dar continuidade ao próprio sistema, o neoliberalismo se apresenta como um ideário que modifica as dimensões, orientações e funções do Estado, caracterizando-se pela atuação de um Estado Mínimo e, conseqüentemente, por sua não intervenção na economia, pela privatização de empresas públicas, pela redução do gasto público (diminuição de recursos destinados às

políticas sociais), ou seja, um projeto centralizado em medidas de ajustes, que se aporta ideológica, política e economicamente em estratégias que resultam na liberdade máxima de mercado, pois este princípio garante o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país, cabendo ao Estado o papel de coordenador complementar. Em linhas gerais o neoliberalismo apresenta-se como:

teoria econômica, como utopia, como ética ou como filosofia do ser humano. Na realidade, é uma filosofia que se apresenta como teoria econômica, com todo o valor científico que o mundo atual costuma atribuir à economia. É uma utopia, mas que pretende estar fundamentada na ciência pura. Desta maneira pretende dar uma visão completa do ser humano, inclusive ética (COMBLIN, 1999, p. 15).

Para complementar o exposto, vale salientar a caracterização de Anderson (2005, p. 56) no que se refere a sua proposição sobre o neoliberalismo revela que é:

um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. Eis aí algo muito mais parecido ao movimento comunista de ontem do que ao liberalismo eclético e distendido do século passado (ANDERSON, 2005, p.56).

Porém, é importante indagar, como pode haver liberdade se os países estão amarrados uns aos outros por acordos e dívidas e a riqueza não é igualmente distribuída?

À medida que parece organizar-se gradativamente uma espécie de “território mundo” globalmente articulado, o capitalismo se reproduz contraditoriamente, e, sobretudo, difunde a desigualdade, apropriando-se ou mesmo produzindo a diferenciação, a fim de expandir a lógica mercantil que lhe é inerente. (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 38).

Segundo Comblin (1999), no Primeiro Mundo, a ideologia neoliberal é nomeada de “globalização” ou “mundialização”, já na América Latina, ela é chamada de “ajuste” ou de “reajuste”, já que a mesma se configurava como uma espécie de remédio para uma economia que se encontrava destruída pela fase anterior.

Para os seus protagonistas, o neoliberalismo de globalização ou de ajuste é a promessa do paraíso terrestre, a solução de todos os problemas humanos e a chave de uma era de paz e prosperidade. É a verdadeira libertação dos pobres. Para o Terceiro Mundo é o único caminho de salvação. Para os pobres, a única esperança. Doravante os pobres ficam livres dos erros que os enganaram e têm acesso ao Primeiro Mundo (COMBLIN, 1999, p. 10).

Os neoliberais pregam que a intervenção estatal é antieconômica e antiprodutiva e para

fomentar a sua tese, eles argumentam que não se estimula o capital nos investimentos, como também, não incentiva os trabalhadores a trabalharem, segundo o autor supracitado os seus defensores mais fanáticos ressaltam que esse modelo político econômico apresenta-se como o único que possui capacidade de gerar mais riquezas: eles consideram que a produção de riqueza é o objetivo da economia, chegando à conclusão que o neoliberalismo, como capitalismo radical, é o único eficaz, desse modo, o neoliberalismo seria o ponto de chegada da economia.

A racionalidade neoliberal enxerga na relação entre Estado intervencionista e povo um cunho paternalista, no sentido de que torna os pobres dependentes do mesmo; assim para que os sujeitos adquiram a sua liberdade e se desvinculem do *status* de subordinação, se apresentando como figuras livres e independentes, o neoliberalismo prega que é imprescindível se seguir uma lógica mercadológica, que estimule a competição e o individualismo, aspectos esses, que engendram a desigualdade social, motivando a competição e incentivando a luta individual de cada sujeito por melhorias pessoais de vida, o que “coincidentalmente” e “não proposital” se apresenta como uma das suas maiores armas para a fragmentação e para o não reconhecimento dos trabalhadores como uma classe de interesses coletivos, minimizando as lutas sociais que foram tão custosas financeiramente ao capital. Pastorini (2010, p. 49) afirma:

Os trabalhadores e os capitalistas, para esses pensadores neoliberais, apresentam-se como indivíduos isolados que se movimentam natural e livremente no mercado, e em igualdade de condições perante a lei. Mas essas “liberdade” e igualdade de todos (no entender de Hayek) são puramente formais. O autor, na verdade, está falando de uma igualdade dos indivíduos perante a lei, mas na prática esses indivíduos supostamente iguais não têm acesso igualitário às oportunidades.

Assim, o capital em sua versão contemporânea, particulariza-se, pelo fato de destruir as regulamentações que foram impostas pelas conquistas das lutas do movimento operário e das camadas trabalhadoras. Isso, porque, qualquer tipo de controle ou regulamentação repugna a natureza desse modo de produção, que não avança segundo a sua racionalidade se encontrar, durante o seu percurso, limitações que o barrem, ou seja, que não sejam compatíveis com as características inerentes ao seu movimento contraditório de produção e de reprodução.

Dessa forma, o mercado dita as regras a partir das totais alterações dos hábitos e padrões de consumo, das maneiras de circulação e dos recursos informacionais e da sua velocidade, que estimularam a construção de padrões de referências culturais comuns, nesse

circuito, mercadorias absolutamente inéditas se generalizaram e tudo se tornou possível à transição mercantil.

Diante desse processo, a realidade das empresas é fazer uso da publicidade para enganar e manipular os consumidores (escondendo a obsolescência dos seus produtos). Assim, a fetichização bombardeia os indivíduos de necessidades constantes que nunca são e que de fato não devem ser satisfeitas, fazendo com que as mercadorias consumam a mente dos sujeitos, acarretando na ausência de “tempo” para lutar pela coletividade, assim, vivencia-se a:

“sociedade de mercado” e os critérios de racionalidade do mercado este tido como eixo regulador da vida social (...). Uma lógica pragmática e produtivista erige a competitividade, a rentabilidade, a eficácia e eficiência em critérios para referenciar as análises sobre a vida em sociedade. Forja-se assim uma mentalidade utilitária que reforça o individualismo onde cada um é chamado a “se virar” no mercado. Ao lado da naturalização da sociedade “é assim mesmo, não há como mudar” ativam-se os apelos morais a solidariedade (...). Esse cenário de nítido teor conservador atinge as formas culturais (...) erodindo projetos e utopias. (...) A debilitação das redes de sociabilidade e sua subordinação as leis mercantis estimula atitudes e condutas centradas no indivíduo isolado, em que cada um “é livre” para assumir os riscos, as opções e responsabilidades por seus atos de uma sociedade de desiguais (IAMAMOTO, 2006 p. 14).

Retomando o exposto, as vidas dos sujeitos estão tumultuadas de interesses particulares que só podem ser realizados a partir do consumismo. Em contraponto, há um vazio ideológico no que se refere à sua identidade de classe: estamos cercados por um processo de despolitização, que direta e indiretamente contribui para a precarização dos serviços públicos, favorecendo a produção e a reprodução da ideologia que almeja normatizar a desresponsabilização do Estado, no que concerne à realização das suas atribuições e do seu respectivo repasse e fornecimento pelo mercado, que passa através dessas medidas a ampliar a sua lucratividade.

Assim, essa parceria mercado e Estado se configura como benéfica ao sistema vigente e maléfica para a sociedade, esse processo cooperativo que se dá entre essas esferas no capitalismo contemporâneo se apresenta como regra; desse modo o conflito entre esses é exceção, já que geralmente as políticas de Estado capitalista, são permeadas e lideradas no interesse e não contra o interesse dos mercados; objetivando de maneira intencional porém não declarada permitir e garantir a segurança e longevidade do domínio do mercado.

De acordo com Behring (2003), durante o seu perscrutar histórico, o capitalismo se metamorfoseou. O seu desenvolvimento nos seus diferentes estágios gerou distintas manifestações no mundo do trabalho e no cotidiano da população, porém, o que permanece

inalterado mesmo em meio de todas as suas transformações é a sua característica própria e peculiar, inerente à relação capital/trabalho: a exploração, ou seja, quanto mais se desenvolve o capital instaura inéditas e complexas expressões sócio-humanas, relativas à intensificação da exploração que é a sua razão de ser. Assim, infere-se que sua roupagem atual conseguiu colocá-lo em um patamar nunca visto anteriormente em sua fase madura: ele passou a gestar mecanismos que alteraram o processo ideológico que culminava nos anos dourados, desembocando em ideais de individualidade que acarretou a desarticulação da luta de classes.

Criou-se um enredo em que a relação entre burguesia e proletariado se demonstrasse como “natural”, colocando que as relações sociais seriam processos a-históricos, naturalizando as relações de poder e mascarando a realidade social. Conseqüentemente, o neoliberalismo atua “impondo” a globalização como realidade definitiva e não um processo histórico. Assim, o capitalismo na contemporaneidade demonstra o seu triunfo e deixa à mercê a população e os seus anseios, com a perda do padrão que prevalecia no pré-neoliberalismo, o povo se apresenta ao capital como “marionetes” dominados e alienados por suas estratégias, assim como também passam a ser encarados como meros figurantes por terem perdido a sua voz ativa, por meio da sua conseqüente desmobilização, deixando de se apresentar como figuras perigosas à ordem vigente.

De acordo com Mota (2008), do século XIX ao século XXI, o capitalismo adquiriu roupagens inéditas. Atualmente, a distinção central em relação ao passado é o diminuto e limitado horizonte economicamente expansivo do mesmo no cenário de crise geral do assalariamento, dos mecanismos públicos e de proteção aos riscos sociais, de organização política da classe trabalhadora e no marco da expansão e hipertrofia do capital financeiro, do desemprego massivo e da subtração das responsabilidades sociais do Estado.

Com o avanço da ofensiva do capital, se aportando na liberdade de mercado com o modo de acumulação flexível e com a destruição dos direitos sociais e trabalhistas, se tem como eixo central a quebra das amarras impostas pelo pacto social-democrata e pelo Estado intervencionista. Assim, parafraseando Pastorini (2010) o Estado que era um dos principais reguladores, sofre alterações relevantes, especificamente no que concerne ao encolhimento da ação de regulação, porém, vale salientar que esse fato não resulta na ruptura com o “Estado intervencionista”, isso porque a ideia de desregulação está intrínseca ao ideário neoliberal, o que verdadeiramente ocorre é uma inversão, onde o Estado passa a regular de outra forma, como afirma Netto (1993), é um Estado mínimo para o social e máximo para o capital, ou seja, os impactos que atingiriam o mercado buscam ser sanados por meio da supressão dos problemas através de um Estado potente, impiedoso e coercitivo.

Tendo em vista que as desigualdades são inerentes a esse modelo produtivo e a compreensão da sua contextualização atual, é importante destacar que, na contemporaneidade em tempos de desordem mundial, instaura-se o aprofundamento da crise social com altas taxas de desemprego, configurando-se como uma das mais graves expressões da questão social<sup>1</sup> na contemporaneidade. Esse se apresentou como mecanismo de reprodução do capital, para quebrar a homogeneização dos trabalhadores e fazer com que os mesmos deixassem de se apresentar como perigosos ao sistema, criando medidas engendradoras de desemprego, que advém, principalmente, dos investimentos especulativos em detrimento da produção, que se configura como a raiz da minimização dos postos de trabalho, intensificando e ampliando as manifestações da questão social.

O que se contrapõe ao aspecto de que o direito ao trabalho corresponde diretamente ao direito à vida, se apresentando como um direito humano básico. Em contramão a essa necessidade fundamental, encontra-se a tendência que o capitalismo possui de gerar uma superpopulação de trabalhadores e simultaneamente impedi-los do acesso à riqueza socialmente produzida. Netto (2001) ressalta que o desemprego não resulta do desenvolvimento das forças produtivas, mas sim do desenvolvimento das forças produtivas sob as relações sociais de produção capitalista.

Desse modo, Mota (2008) enfatiza que o progresso técnico que se deu a partir do desenvolvimento da ciência e dos novos modos de vida, durante o percurso do século XX e da emersão do atual século, se deu concomitante ao empobrecimento dos trabalhadores. Portanto, a elevação colossal da riqueza ocorre respectivamente ao alargamento exponenciado da pobreza que transcorre todo o mundo. Diante dessa conjuntura de elevados índices de desemprego, o patronato cria discursos para justificar essa situação, por meio de um viés de culpabilização do indivíduo, sua retórica impregnada de falsas verdades coloca que essa superpoluição que compõe o exército industrial de reserva é gerado pelo despreparo técnico dos trabalhadores, assim por trás desses discursos, a essência se esconde, não desvelando que essa situação é imanente ao capitalismo.

---

<sup>1</sup> Na perspectiva crítica, a “questão social” é compreendida como uma soma de problemáticas e processos próprios, intrínsecos e indissociáveis do modo de produção capitalista, fruto da contradição entre capital e trabalho. É um jogo dúbio, pois, de um lado, está o capital, que precisa garantir a propriedade privada dos meios de produção, a exploração dos trabalhadores e o conseqüente acúmulo e concentração de riquezas (são alicerces da sociedade capitalista); do outro lado, estão os trabalhadores, que necessitam lutar para romper com este processo que vêm destruindo as suas vidas e corroendo a humanidade (a partir da desigual distribuição de renda e riqueza [uns tem tudo e outros nada], intensificando uma “seleção” injusta dos sujeitos onde “só se é aquilo que se têm”).

Portanto, infere-se que esses ajustes atingem todas as esferas e afetam as relações sociais como um todo, impactando de maneira distinta todos os países do globo, não deixando nenhum imune, principalmente, os países periféricos, que são os que mais sofrem os rebatimentos do modelo econômico e político em vigor.

O desemprego é fato gritante. [...]. Desde a instalação do programa neoliberal, o desemprego aumentou muito e todos os entendidos anunciam que vai aumentar ainda mais [...]. As razões do desemprego? A competitividade. As razões econômicas prevalecem. As razões sociais desaparecem. Num mercado aberto, as empresas devem ser competitivas. Devem aumentar a produtividade. Como? Substituindo a mão-de-obra por máquinas e despedindo trabalhadores. [...]. Proteger emprego já é antieconômico. Na agricultura, na indústria, nos serviços, no comércio, o número de empregos necessários diminui. [...]. Os empresários sabem desde sempre que o desemprego amolece a combatividade dos trabalhadores. Todos temem perder o emprego e sabem que quando se abrem 10 vagas, chegam 1000 candidatos. Todos estes fatores se reforçam mutuamente. Cada empresário explica que devem despedir trabalhadores por causa da crise mundial: ninguém tem a culpa. Os desempregados dificilmente encontram outro emprego igual ao que perderam. Geralmente acham um emprego menos retribuído. Ou buscam, refúgio na economia informal. Aí não há segurança nenhuma, não há direitos sociais, tudo é precário, sujeito às variações de humor das autoridades que permitem ou não permitem sem que se saiba por quê. (COMBLIN, 1999, p. 107-108)

Segundo Haesbaert; Porto-Gonçalves (2005, p. 41) “O que vemos hoje no chamado capitalismo globalizado neoliberal de acumulação flexível é uma fase muito mais complexa, na qual não coincidem, por exemplo, crescimento econômico e expansão do emprego”. Portanto, tem-se como efeitos na sociedade do trabalho: o desemprego maciço como um fenômeno permanente e naturalizado que segundo Pastorini (2010) passa a marcar um ponto de inflexão no mundo capitalista a partir da segunda metade dos anos de 1970, já que nesse momento esse fenômeno apresenta-se como uma das preocupações centrais da maioria dos países.

Dessa forma, infere-se a elevação do desemprego como uma consequência da retração do trabalho industrial e fabril, especialmente nos países de capitalismo avançado, onde ocorre um processo rápido de minimização do emprego operário. Esse processo ocorre concomitante à elevação do emprego no setor de comércio, setor financeiro, serviços (setor terciário), atrelado à abrangência do trabalho informal, temporário, subcontratado, precário, terceirizado. Ainda no que se refere ao desemprego, Mészáros destaca:

a questão do desemprego também foi significativa alterada para pior. Ele já não é limitado a um “exercito de reserva” à espera de ser ativado e trazido para o quadro da expansão produtiva do capital, como aconteceu durante a fase de ascensão do sistema, por vezes numa extensão prodigiosa. Agora a grave realidade do desumanizante desemprego assumiu um caráter *crônico*, reconhecido até mesmo pelos defensores mais acrílicos do capital como “desemprego estrutural”, sob a

forma de autojustificação, como se ele nada tivesse que ver com a natureza perversa do seu adorado sistema. (MÉSZÁROS, 2003, p. 23).

Nesse contexto, o Estado tem tido um posicionamento de submissão aos interesses do capital, havendo uma forte apologia à participação da sociedade civil, para prover respostas às sequelas da questão social, contribuindo para a desresponsabilização do Estado. Esse processo se desenvolve a partir da lógica de que o governo legítimo deve se limitar à execução de apenas duas tarefas: o provimento de uma estrutura para o mercado e o oferecimento de serviços que o mercado não pode oferecer, ou seja, que não é rentável para o mesmo. Assim, o Estado deve se limitar ao alívio da pobreza extrema.

O Estado passa a dicotomizar a forma de intervenção das políticas sociais, que, dessa maneira, retomam seu caráter liberal residual, e “a questão da garantia dos direitos” volta a ser pensada na órbita dos civis e políticos, deixando os sociais para a caridade da sociedade e para a ação focalizada do Estado (COUTO, 2006, p. 70).

Esse circuito será nomeado de Estado mini-max: máximo para o capital através de subsídios, créditos, perdão de dívidas, investimentos em obras de infraestrutura, dirigidos a apoiar a acumulação privada e políticas econômicas/financeiras com o benefício de uma classe em detrimento da outra de forma evidente; e mínimo para o trabalho, através de medidas de corte dos gastos sociais, da precarização das políticas públicas, do congelamento dos salários do funcionário público, entre outras medidas.

Ainda se tem como consequências do capitalismo contemporâneo por meio dos seus métodos de produção: as alterações através da criação de novas formas de trabalho, o processo de contratação da mão-de-obra, a organização da classe trabalhadora, as negociações coletivas, as desigualdades sociais, o desmonte dos direitos sociais e das políticas públicas, a privatização e a “assistencialização” das políticas e dos serviços sociais, a exponenciação da questão social, a desregulamentação das condições de trabalho, o aumento do pauperismo e dos pobres, a crescente desestabilização dos estáveis, o aumento da insegurança, a responsabilização da sociedade civil pela implementação e financiamento das políticas sociais, a precarização das relações de trabalho, através de fenômenos como a terceirização, contratos de trabalhos temporários sem vínculos empregatícios formais, trabalho informal, entre outros.

O valor do trabalho ficou muito prejudicado. Primeiro, a importância do trabalho na produção diminuiu. Mais importantes são o saber tecnológico e as máquinas, por um lado, e o capital, por outro lado: a parte do trabalho no preço final do produto é mínima. Além disso, o trabalho deixou de ser a fonte principal de riqueza. A fonte

principal é a especulação financeira. Já não é a fábrica que se produz mais riqueza e, sim, na bolsa de valores. Mais importante do que o trabalho é o jogo com números no computador em que consiste a especulação. O jogo é fonte de riqueza, portanto, valor superior ao trabalho. A retribuição do trabalho diminui, o trabalho torna-se mais precário. Socialmente, o trabalho ficou desvalorizado. Os trabalhadores perdem peso aos seus próprios olhos e as leis restringem-se ao poder (COMBLIN, 1999, p. 113).

Todos esses processos, como já foi tratado, anteriormente, recaem sobre os trabalhadores e são mantenedores do modo de produção capitalista. Especificamente no que se refere ao processo de reestruturação produtiva, por meio da flexibilização (toyotismo), ocorre o reordenamento da produção e da acumulação por meio de inovações produtivas de gestão de consumo, e no controle da força produtiva que repercutem diretamente no mundo do trabalho. Assim, a acumulação flexível se modela se confrontando diretamente com a rigidez do fordismo, desse modo se aportando na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Dentre as suas características esta a gênese dos setores de produtivos totalmente novos, assim como também inéditas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, de novos mercados e de taxas intensificadas de inovação tecnológica, organizacional e comercial, envolvendo rápidas alterações nos padrões do desenvolvimento desigual.

Desse modo, a reestruturação produtiva, que se concretiza em grande escala, porém destina-se a mercados específicos, almejando responder aos imperativos das distinções culturais e regionais, seu processo incide por meio da incorporação tecnológica que minimiza a demanda e trabalho vivo; da descentralização industrial, ou seja, da desterritorialização da produção, que faz com que a força de trabalho seja cada vez mais explorada.

A necessidade de redução de custos para o capital revela-se na figura do trabalhador polivalente, em um amplo enxugamento das empresas com a terceirização e a decorrente redução do quadro de pessoal tanto na esfera privada, como governamental, a concorrência entre os capitais estimula um acelerado desenvolvimento científico e tecnológico que revoluciona a produção de bens e serviços. Apoiada na robótica, na microeletrônica, na informática, dentre outros avanços científicos, a reestruturação produtiva afeta radicalmente a produção de bens e serviços, a organização e gestão do trabalho, as condições e relações do trabalho assim como o conteúdo do próprio trabalho. Verificam-se, me decorrência, mudanças nas formas de organizar a produção e consumir a força de trabalho, envolvendo o amplo enxugamento dos postos de trabalho e a precarização das condições de trabalho. Reduz-se assim a demanda de trabalho vivo ante o trabalho passado incorporado nos meios de produção com elevação da composição técnica e de valor do capital (IAMAMOTO, 2006, p. 15).

Esses são processos que se estruturam através da ofensiva do capital, que implica na ampliação das desigualdades territoriais, na exigência de trabalhadores polivalentes e

qualificados (onde os que não possuem qualificação, encontram-se com as suas rendas cada vez mais distantes do que a possuem) assim, o conjunto da classe trabalhadora é dividida em: uma parte com alto grau de qualificação que geralmente consegue adquirir o mínimo de segurança e uma maioria precarizada. O capital apela para participação e envolvimento dos trabalhadores almejando quebrar a consciência de classe, esse processo de dilapidação política se dá de distintas e variadas maneiras, valendo destacar algumas particularidades que adjetivam as alterações da classe trabalhadora, nesse sentido Antunes afirma:

Vemos que existe um dupla mudança na classe trabalhadora: por um lado, verifica-se uma transformação quantitativa dos trabalhadores inseridos em determinados ramos ou setores da produção, como por exemplo percebe-se uma importante diminuição no número absoluto de trabalhadores contratados no setor industrial e uma ampliação quantitativa do emprego do setor terciário; mas, por outro lado, constata-se alterações qualitativas na forma de realizar o trabalho, relacionadas com a desespecialização dos operários “tradicionais” e a criação de trabalhadores polifuncionais, conjuntamente com uma requalificação especializada em ramos particulares (por exemplo: indústria automobilística, siderúrgica, química) (ANTUNES APUD PASTORINI, 2010, p. 40).

Em suma, em sua nova fase de acumulação, o capitalismo altera seus mecanismos de extração de mais-valia, esse processo que anteriormente se dava a partir do capital produtivo, agora adquire uma nova configuração, centrando-se no capital financeiro ou portador de juros, nesse momento a planta produtiva não é mais o centro para a gestão do capital parasitário. Desse modo, a financeirização é um processo gerado “da superacumulação e, ainda da queda das taxas de lucro dos investimentos industriais registradas entre os anos setenta e meados dos oitenta. Na medida em que o capitalismo é um sistema econômico que prefere não produzir em vez de produzir sem lucro” (HUSSON apud NETTO; BRAZ, 2007, p. 180).

O capital parasitário não gera valor novo, o único ser capaz de produzir mais-valia é o homem, nesse sentido Mandel afirma que:

A criação de valor e de mais-valia só é possível mediante a produção de mercadorias. Somente na produção de mercadorias, portanto, realiza-se trabalho produtivo. Nenhum valor novo se agrega na esfera da circulação e da troca, para não falarmos da bolsa de valores ou da agência bancária, o que ocorre é a redistribuição ou repartição de mais-valia anteriormente criada (MANDEL APUD NETTO; BRAZ, 2007, p. 115).

Para alcançar as suas metas, o capitalismo elimina os seus adversários: não lhe interessa o que é justo, os mecanismos que são usados, as consequências que são postas a população, pouco importa acabar com a natureza ou com a humanidade se o seu objetivo final, o lucro, for alcançado, assim infere-se que para se criar e se recriar, todas as armas são

validas inclusive as mais cruéis, portanto é atrelado a esse pensamento que o capitalismo move-se e envolve em sua teia os sujeitos, que nessa dada circunstância despidos de sua identidade classe, formam uma imensa massa de desempregados que preenchem o exército industrial de reserva (que corresponde aos homens em mulheres, que possuem idade economicamente ativa, mas que não encontram a possibilidade de se inserirem no mercado de trabalho).

É importante destacar que a exploração sob o capitalismo, ao contrário de formas pré-capitalistas, não demanda coerção política imediata. A subordinação do trabalho ao capital na atualidade conta, cada vez mais, com o consentimento e “aceitação” dos trabalhadores aos sacrifícios a eles impostos, através de uma verdadeira reforma intelectual e moral, que busca construir uma nova cultura do trabalho e uma outra racionalidade política e ética que seja compatível com a sociabilidade requerida pelo atual projeto capitalista (PASTORINI, 2010, p. 43).

Desse modo, ocorre para além de uma crise na economia, uma crise orgânica do capital, que tem como bases o universo econômico e que perpassa o ambiente político, alastrando-se para as esferas ideológicas, culturais e atingindo, sobretudo as relações entre as classes sociais, alterando a essência das lutas sociais que passam a assumir um caráter de luta de interesses. Então se constata que essa crise é marcada pela ausência das referências que foram erigidas sob o paradigma do fordismo, do keynesianismo, do *Welfare State* e das estruturas sindicais e partidárias, portanto, os movimentos sociais perdem uma das suas características principais o seu caráter ofensivo, e passam a atuar em uma perspectiva defensiva.

Portanto, com a classe trabalhadora heterogeneizada, fragmentada e complexificada, ocorre a retração da ação sindical que se reflete nos baixos níveis de trabalhadores sindicalizados, como também nas barreiras que a organização sindicalista possui para alçar caminhos distintos do sindicalismo tradicional, que se encontra cada vez mais burocratizado. Desse modo, infere-se que o consenso de classes é necessário à luta hegemônica, nesse sentido Pastorini (2010) afirma que:

na busca de soluções para essa crise de rentabilidade e lucratividade, o capital se reordena rapidamente. Nesse sentido, o interesse do capitalista na terceirização de áreas antes vinculadas a grande indústria não se esgota numa questão econômica também tem sua importância política. Por serem os trabalhadores a esmagadora maioria da população, constituem-se real e potencialmente numa “classe perigosa” para o capital; por isso, é necessário heterogeneiza-la e atomiza-la. (PASTORINI, 2010, p. 43).

No enredo desta “história de amor” entre Estado e burguesia, o que verdadeiramente

ocorre é a introdução de ações que apenas mascaram os efeitos devastadores gestados nas entranhas do capital, desse modo o mesmo sistema opressor que cria uma massa de miseráveis, concomitantemente gera um discurso de liberdade, fazendo com que os frutos dessa realidade de exclusão permaneçam escamoteados. Desse modo, parafraseando Mota (2008) o processo de naturalização do individualismo e da mercantilização da vida, almeja transformar o cidadão sujeito de direitos no cidadão consumidor, o trabalhador no empreendedor, o desempregado no cliente da assistência social, a classe trabalhadora em sócia dos grandes negócios e as comunidades em células do desenvolvimento local, gerando uma sociedade solidária e cooperativa.

A desigualdade é inerente ao capitalismo e, na atualidade, esse cenário é ampliado, já que para assegurar a reprodução desse ciclo estrutura-se um processo cultural e social que fomenta alterações de cunho intelectual e moral que firmam pactos e parâmetros que não rompem com a lógica de acumulação capitalista e com a racionalidade do lucro, objetivando a formação e a solidificação de consensos hegemônicos mais eficientes. O capitalismo age fragmentando as identidades e necessidades, resultando na divisão dos interesses de classe e proliferando os movimentos sociais de cunho extraeconômicos e transclassistas, é nesse quadro, que a barbárie assume a face dessa nova configuração do capital, numa rotina permeada de conflitos que são encarados através de medidas minimalistas que em nada ferem a raiz do sistema.

Na verdade as armadilhas capitalistas são articuladas devido a pulverização das formas de atendimento às necessidades sociais, que nesse momento são geridas por meio das organizações privadas mercantis e pelo terceiro setor, limitando a responsabilidade estatal, a fiscalização, a segurança pública (evidenciando a consolidação do Estado penal) e ao atendimento por meio da assistência social aqueles desprovidos da possibilidade de viver.

O avanço de uma perspectiva de solidariedade abstrata entre capitalistas e trabalhadores se sobrepõe à noção de direitos sociais e, ao mesmo tempo, se observa o avanço do discurso do direito de ter direitos, assim como de um conjunto de instituições formais que visam à efetivação dos mesmos (GUERRA, 2010, p. 32).

Desse modo, a valorização da sociedade civil é um desdobramento do processo de reestruturação capitalista e do seu corolário, o neoliberalismo, que busca estratégias para alterar as respostas que são fornecidas as refrações da questão social, através do repasse dessa tarefa para a sociedade, por meio de parceiras e da disseminação de princípios de autoajuda ou ajuda mútua do voluntariado do solidaríssimo e da filantropia.

A estratégia neoliberal tende, sobretudo, a instrumentalizar um conjunto de valores, práticas, sujeitos, instâncias: o chamado “terceiro setor”, os valores altruístas de “solidariedade individual” e do “voluntarismo” e as instituições e organizações que em torno deles se movimentam. O capital luta por instrumentalizar a sociedade civil – torná-la dócil, desestruturada, desmobilizada, amigável. O debate sobre o “terceiro setor”, como ideologia, transforma a sociedade civil em meio para o projeto neoliberal desenvolver sua estratégia de reestruturação do capital, particularmente no que refere à reforma da Seguridade Social (MONTAÑO, 2002, p. 6).

Essa convocação do terceiro setor apresenta-se como fundamental para os novos padrões de exploração capitalista, na busca de descaracterizar os direitos e tornar a classe trabalhadora como parceiros do capital, por isso que:

A burguesia tem se esforçado por combinar sua dominação com formas de direção hegemônica, ou seja, por obter um razoável grau de consenso por parte dos governados. O grande objetivo atual das forças do capital, no Brasil e no mundo, é consagrar a pequena política e a pseudo-estética do privatismo desenfreado como elementos fundamentais de um senso comum que sirva de base a sua hegemonia. É essa, precisamente, a face ideológica do neoliberalismo (COUTINHO, 2008, p. 139).

Portanto, o capitalismo busca “resolver” os seus problemas de uma forma que lhe seja útil, o discurso da solidariedade é difundido pela mídia, que comunga com o Estado restrito, buscando incessantemente sensibilizar a população, fazendo com que a mesma se sinta responsável em colaborar com o próximo, em contraponto, o mesmo capitalismo que prega e propaga a solidariedade entre os sujeitos, fecha o cerco e estrangula a classe trabalhadora, fazendo com que os indivíduos não se reconheçam como classe, vivendo como adversários.

Assim, o trato das múltiplas manifestações da questão social passa a ser realizada por meio de ações benemerentes e filantrópicas, como também através de “programas focalizados de combate à pobreza”, associado a privatização da política social pública, que agora é delegada a organismos privados da sociedade civil, nomeado de “terceiro setor”, ainda amplia-se a compra e venda de bens e serviços, que são centros de investimentos burgueses que progridem no campo das políticas públicas. Dessa forma,

a atual desregulamentação das políticas públicas e dos direitos sociais desloca a atenção à pobreza para a iniciativa privada ou individual, (...) submetidas ao arbítrio do indivíduo isolado e ao mercado e não à responsabilidade pública do Estado, com claros chamamentos à sociedade civil. As conquistas sociais acumuladas têm sido transformadas em causa de “gastos sociais excedentes” que se encontrariam na raiz da crise fiscal dos Estados. A contrapartida tem sido a difusão da idéia liberal de que o “bem-estar social” pertence ao foro privado dos indivíduos, famílias e comunidades. (IAMAMOTO, 2009a, p. 31-32).

No que concerne ao capitalismo financeiro, esse se configura como sendo a terceira fase do imperialismo, ou seja, a sua fase atual, que se designa como sistema dominante das grandes corporações financeiras e bancárias, as empresas concentram inúmeras atividades, tornando-se mais poderosas, assumindo uma dimensão internacional, que segundo Pastorini (2010) se vê reforçado com a “queda do mundo socialista”, que questionava a racionalidade capitalista e agia como contra tendência política e ideológica.

É claro que o capitalismo não corresponde a um processo unilateral e cumulativo de “globalização”. [...] Vários atores interferiram nesta dinâmica e, assim como muitas de suas características atuais já estavam presentes nos primórdios da expansão capitalista, outras tantas foram sendo construídas e reconstruídas ao longo do tempo (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 38).

Nesse momento, os bancos que inicialmente funcionavam como intermediários de pagamentos tornam-se peças fundamentais do sistema de crédito, a partir da reunião de capitais inativos de capitalistas e a soma das economias de um elevado número de pessoas, passando a controlar grandes massas monetárias, disponibilizadas para a realização de empréstimos, e a concorrência entre os capitalistas industriais os levou a buscarem o crédito para a realização e novos investimentos, dessa forma a emersão dos monopólios industriais acontece concomitantemente associadas à monopolização na esfera do capital bancário, por meio da concentração de capital, de empresas gigantescas que dominam grandes setores da produção, assim:

Um elevado número de pequenas empresas é derrotado na concorrência por um número restrito de grandes empresas, que controlam uma fração crescente do capital, dos trabalhadores e da produção. [...] Alguns grandes monopólios centralizam o essencial dos meios de produção e dos trabalhadores (SALAMA; VALIER APUD NETTO; BRAZ, 2007, p. 177).

Desse modo, sobretudo a partir da década de 1980, assiste-se a aceleração da mobilidade do capital, facilitado pela informática, num processo de globalização no qual o capital financeiro se torna cada vez mais desvinculado das atividades produtivas (que cria valor, já que na circulação não ocorre a geração do mesmo, apenas a sua realização), almejando uma elevada lucratividade no menor tempo possível, predominando nessa fase o crescimento do capital fictício. Desse modo, constata-se que:

O valor do trabalho ficou muito prejudicado. Primeiro, a importância do trabalho na produção diminuiu. Mais importantes são o saber tecnológico e as máquinas, por um lado, e o capital, por outro lado: a parte do trabalho no preço final do produto é mínima. Além disso, o trabalho deixou de ser a fonte principal de riqueza. A fonte

principal é a especulação financeira. Já não é a fábrica que se produz mais riqueza e, sim, na bolsa de valores. Mais importante do que o trabalho é o jogo com números no computador em que consiste a especulação. O jogo é fonte de riqueza, portanto, valor superior ao trabalho. A retribuição do trabalho diminui, o trabalho torna-se mais precário. Socialmente, o trabalho ficou desvalorizado. Os trabalhadores perdem peso aos seus próprios olhos e as leis restringem-se ao poder (COMBLIN, 1999, 113).

No que se refere ao poder do capital financeiro, este é defendido pelas instituições internacionais (Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Mundial – BM, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID), que são representantes oficiais dos Estados mais poderosos do mundo, que atuam pressionando os outros Estados nacionais para que esses adiram às políticas de liberalização, desregulamentação e privatização através de reformas nas esferas política, econômica e sociocultural. Estas instituições assumem atribuições relevantes para o ajuste de integração dos espaços mundiais, visando à produção e a reprodução do capital. Desse modo, a financeirização é um processo gerado “da superacumulação e, ainda da queda das taxas de lucro dos investimentos industriais registradas entre os anos setenta e meados dos oitenta. Na medida em que “o capitalismo é um sistema econômico que prefere não produzir em vez de produzir sem lucro” (HUSSON apud NETTO; BRAZ, 2007, p. 180).

As reformas do Estado recomendadas pelos organismos internacionais são direcionadas a racionalização de gastos na esfera social e da solidificação do setor privado na oferta de bens e serviços coletivos. Essas instituições guiam os governos a maximizarem a prioridade aos setores sociais fundamentais, ou seja, os inseridos em uma situação de vulnerabilidade, na promoção de políticas públicas focalistas, que forneçam maior eficácia e equidade aos gastos sociais, esta orientação dissolve o caráter universal de tais políticas, que foi tão oneroso às lutas sociais, processo que se fortalece por meio da prestação de serviços sociais básicos para os pobres, concomitante à privatização dos serviços para os trabalhadores de melhor renda. Com relação a perspectiva colocada Coutinho (2008, p. 103) afirma:

Os círculos neoliberais mais ligados à chamada “terceira via” (e até mesmo em organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial) vem se manifestando nos últimos tempos uma “preocupação” em face das consequências mais desastrosas das políticas neoliberais (que continuam malgrado isso a ser aplicadas), entre as quais, por exemplo, o aumento exponencial da pobreza. Mas esta “preocupação”- que levou à adoção de políticas sociais compensatórias e paliativas, como é o caso da “Fome Zero” no Brasil – não anula o fato de que estamos diante de um indiscutível processo de contra-reforma.

Desse modo, a partir do processo de contrarreforma do aparelho do Estado, proposto pelo Banco Mundial, as políticas sociais tendem à focalização, em que os gastos sociais são

direcionados aos setores de extrema pobreza; à descentralização da gestão da esfera Federal para estados e municípios, sem a contrapartida de recursos necessários a esse processo; à participação na esfera local de organizações não governamentais, filantrópicas, comunitárias e de empresas privadas; à privatização, com o deslocamento de prestação de bens e serviços públicos para o setor privado, que é regido pelo mercado.

Existe por parte desses organismos um reconhecimento dos efeitos perversos tanto econômicos quanto sociais das medidas de ajustes neoliberais, mas essa realidade crítica é explicada como um desequilíbrio transitório e necessário, entendendo que por um tempo muitos pobres ficaram em situação de risco (PASTORINI, 2010, p. 83).

Esses organismos multilaterais formulam documentos que espelham a atuação do Estado mini-max, isso porque, a regulação do mesmo se dá por meio da fortificação do capital, assim esses organismos defendem a fundamental necessidade do Estado em intervir na esfera coletiva que não seja rentável para o capital privado e onde se expressem extraordinários níveis de carência por meio de políticas compensatórias.

No mesmo sentido, Fiori entende que nas formulações e documentos neoliberais, produzidos pelos organismos multilaterais, é frequente que apareça “a defesa da necessidade da intervenção pública naquelas áreas de interesse coletivo que não sejam rentáveis para os capitais privados ou mesmo onde se manifestem situações de extraordinária carência social. Nesse sentido, portanto a simples defesa de políticas sociais compensatórias não chega a caracterizar a inexistência de posição neoliberal” (FIORI APUD PASTORINI, 1997, p. 213).

É nesse sentido que vale colocar que as políticas de proteção social, nas quais estão inseridas a saúde, a previdência e a assistência social, são resultantes históricas das lutas da classe trabalhadora, reconhecidas pelo Estado e pelo patronato, tratando-se de uma contradição existente na sociedade capitalista que expressa um movimento dinâmico e dialético no sentido de que consentir aos imperativos da classe trabalhadora é negar as “precisões” do capital. Assim, a seguridade social apresenta-se como um mecanismo de disputa e de negociações da ordem burguesa, sendo continuamente elemento de investidas do capital no sentido de “adequá-las” aos seus zelos (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Diante dessas alterações na sociedade, se fornece os aportes necessários para a análise de como esse processo implica no exercício laborativo dos assistentes sociais, para uma melhor compreensão dessa temática segue-se o exposto.

#### **4 AS IMPLICAÇÕES DA REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL NA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: a realidade brasileira**

Para melhor entendimento da análise ao qual esse capítulo se propõe, se faz necessário discutir brevemente as configurações da contrarreforma do Estado brasileiro e as suas incidências nas políticas sociais, para conseqüentemente fornecer bases para a explanação e debate do panorama contemporâneo do exercício laborativo dos assistentes sociais.

As políticas de proteção social<sup>2</sup> surgiram associadas ao reconhecimento dos riscos sociais do trabalho assalariado, sendo respostas às aspirações da classe trabalhadora, que foram reconhecidas pelo Estado e pelos empregadores. Estas estão associadas aos sujeitos que se encontram limitados a prover o seu sustento através do trabalho, que se apresenta como elemento central na constituição do sistema de seguridade social. Assim, é fundamental recordar que os direitos sociais, são uma conquista da classe trabalhadora porque

as políticas sociais- ou seja, o instrumento através do qual se materializam os direitos sociais- são muitas vezes definidas sem que esse fato seja levado em conta. Para muitos autores que se baseiam numa leitura mecanicista do marxismo, as políticas sociais seriam nada mais do que um instrumento da burguesia para legitimar sua dominação. É como se as políticas sociais fossem uma rua de mão única: somente a burguesia teria interesse num sistema educacional universal e gratuito, numa política previdenciária e de saúde, etc, já que, através desses institutos, não só ampliaria sua taxa de acumulação, mas obteria ainda o consenso das classes trabalhadoras, integrando-as subalternamente ao capitalismo [...] Como todos os âmbitos da vida social, também a esfera das políticas sociais é determinada pela luta de classes. (COUTINHO, 2005, p. 13).

---

<sup>2</sup> Os modelos de proteção social (a assistência social, o seguro social e a seguridade social) variam no que toca à concepção de políticas sociais e suas instituições, cada uma gera condições distintas no status atribuído de cidadania. O modelo de proteção social da assistência social teve lugar em contextos socioeconômicos que enfatizaram o mercado com sua capacidade de ser auto-regulável, sendo que o Estado deve ser restrito ao mínimo necessário para viabilizar a existência do mercado. Reservando um caráter compensatório e discriminatório sobre os grupos que recebem a proteção social, porque demonstraram sua incapacidade para manter-se adequadamente no mercado, as ações assistências dirigem-se aos focos de pobreza sendo necessário apresentar uma prova de inexistência de meios para se tornar beneficiário sendo um modelo de caráter preventivo e punitivo ocasionando a cidadania invertida (o indivíduo ou grupo passa a ser objeto da política como consequência do seu próprio fracasso pessoal). Implantado por Bismarck na Alemanha, o seguro social toma por base uma relação contratual, objetiva manter as condições socioeconômicas dos beneficiários, em situação de risco como perda da capacidade de trabalho por idade, enfermidade ou acidente, visando assegurar aos que já tenham contribuído durante um certo período a se manter em condições semelhantes a um trabalhador ativo, nesse processo a cidadania é regulada (só pode ser acessada mediante a inserção do beneficiário na esfera produtiva). A proteção social assume no modelo de seguridade social um novo modelo de ordem social baseado na condição de cidadania, segundo qual os cidadãos passam a ter seus direitos sociais assegurados universalmente pelo Estado, independente da existência de contribuições anteriores. Sua referência é o plano Beveridge da Inglaterra. Nesse modelo, podemos falar de uma cidadania universal, já que os beneficiários são assegurados como direitos sociais de forma universalizada a todos que dele necessitem (FLEURY; OUVREY, 2008).

É por esse motivo, de correlação de forças e de interesses distintos, que os direitos sociais não devem ser analisados por meio de uma visão única e consequentemente acrítica, ou seja, apenas como conquistas ou apenas como concessões, é necessário realizar um processo de compreensão das “entrelinhas” do mundo do trabalho. Esse processo não é uma via de mão única já que, por mais sólidas que fossem as considerações morais que geraram a introdução do Estado assistencial, muito dificilmente esse teria emergido se a classe hegemônica não tivesse percebido que tratar do “exército industrial de reserva” se apresentava como um investimento rentável, já que “manter os ‘reservistas’ em boa forma” se torna uma necessidade, caso ocorra a sua reconvocação para o mercado de trabalho.

É nessa perspectiva que se infere que foi através de suas lutas que os trabalhadores postularam os direitos sociais e esses são indiscutivelmente uma conquista; porém esse fato não anula a possibilidade de que, em determinadas conjunturas, dependendo da correlação de forças, a burguesia faça uso das políticas sociais para desmobilizar a classe trabalhadora buscando cooptá-la.

Em comparação com os países capitalistas centrais, a gênese das políticas sociais no Brasil se deu de forma tardia. Nesse sentido, a questão social só se coloca como questão política a partir do século XIX, no momento em que os trabalhadores “abandonaram” o ideário escravo e começaram a se reconhecer como classe. A política social possui uma direta ligação entre a luta de classes e o trabalho no Brasil, possui ainda uma forte marca, da informalidade, da fragmentação e do escravismo, com medidas esparsas e frágeis de proteção social até a década de 1930. As classes dominantes não tinham (e ainda não tem) compromissos democráticos e redistributivos, o que acarretou em um cenário complexo de lutas em defesa dos direitos de cidadania.

Desse modo, os direitos sociais no Brasil (sobretudo os trabalhistas e os previdenciários) foram resultantes das lutas de classes, expressando os anseios da classe trabalhadora, como também espelhando a busca por legitimidade da classe dominante em momentos de restrição dos direitos políticos e a luta para afirmação dos mesmos se constitui como uma luta contra o capital.

Coroando esse processo de luta pelos direitos sociais brasileiros promulgou-se em 1988 a Constituição Federal brasileira, que continha em seu corpo toda a expressão de luta, sacrifício e suor de um povo, recém-saído de um processo ditatorial com perda de direitos políticos e início do desmantelamento do maquinário estatal. Na Carta Magna brasileira, contemplava-se um desenho inédito para as políticas sociais, sobretudo no tocante a seguridade social, agora fixada sob o tripé da saúde, previdência e assistência social. No caso

da saúde, essa se desvincula do seu caráter eminentemente dependente da previdência, agora passando a ser direito de todos e obrigação do Estado e da sociedade. Esse mesmo caráter universal perpassa a política de assistência social, que começa a assumir uma perspectiva legal desvinculando-se da caridade e filantropia e tendo um cunho de direito.

A constituição promulgada, expressou uma formidável reforma democrática do Estado brasileiro e da política social. Segundo Guerra (2010) existia um paradoxo no que diz respeito à igualdade formal propugnada no campo jurídico e a desigualdade no campo socioeconômico. Essa relação desigual apresenta-se como a “ponta do *iceberg*”, já que possui como plano de fundo a contradição que é inerente da sociedade de classes: a apropriação privada da riqueza que é socialmente produzida, que é incompatível com a igualdade social.

Essa situação é aprofundada a partir da década de 1990 e da sua conjuntura externa e interna desfavorável a esse avanço, que começaram a derruir os pilares constitucionais, através do processo de “contrarreforma” do Estado (BEHRING, 2003) – este termo é assim usado tendo em vista que as reformas do Estado constituem para os trabalhadores uma regressão de seus direitos outrora conquistados – em um cenário de ampliação do desemprego e da violência. Nessa perspectiva, Guerra (2010, p. 36) enfatiza:

A premissa da qual partimos é a de que o neoliberalismo, e a sua política de ajustes econômicos visando à estabilização, é incompatível com o padrão de política social amplo, universal, de qualidade e gratuito proposto na Constituição Brasileira. São negados os direitos básicos, ainda que formulados na Constituição cidadã de 1988. Com a chamada Reforma do Estado, há uma situat alteração na concepção de direitos vigente na sociedade brasileira, ainda que do ponto de vista formal.

Ainda segundo a autora, simultaneamente aos avanços decorrentes da Constituição Federal de 1988, em que houve a formalização jurídica dos direitos, diversos segmentos da população do Brasil e do mundo, vivenciaram a sua destruição, por meio de uma investida neoconservadora, que almejava que os direitos fossem vistos sob a óptica do privilégio, assim como também que fosse retirado o seu conteúdo eminentemente de classe, implicando em um retrocesso no que diz respeito aos direitos sociais.

Portanto, o padrão universalista das políticas sociais em curso, com significativo avanço com a constituição brasileira de 1988 que instituiu a Seguridade Social, é ofuscado pela focalização da proteção social nos pobres e nos extremamente pobres, inaugurando um padrão minimalista que demanda profundas reformas nas políticas sociais com perdas significativas de direitos anteriormente conquistados. Nesse período, o país se insere, progressivamente, no contexto das grandes transformações que vêm marcando a economia e a

sociedade, em decorrência de profundas mudanças no capitalismo internacional e na sua matriz de produção.

No que se refere aos direitos sociais não é, muitas vezes, o simples reconhecimento legal-positivo dos mesmos, mas a luta para torná-los efetivos. A presença de tais direitos nas Constituições, seu reconhecimento legal, não garante automaticamente a efetiva materialização dos mesmos. Esse é, particularmente, o caso do Brasil. Mas, embora a conversão desses direitos positivos não garanta sua plena materialização, é muito importante assegurar seu reconhecimento legal, já que isso facilita a luta para torná-los efetivamente um dever do Estado. Tampouco é casual que os neoliberais se empenhem hoje, inclusive em nosso país, por eliminá-los também das normas legais, em particular da própria Constituição (COUTINHO, 2005, p. 13).

No Brasil, a ditadura deu início ao processo de dilapidação do Estado brasileiro, criando um terreno propício para que no governo de Collor se dessem os primeiros passos para a investidura do país na proposta neoliberal. Essa mesma proposta foi materializada na presidência de Fernando Henrique Cardoso, através do Plano Diretor de Reforma do Estado (PDRE), que foi dirigido por Bresser Pereira. No que concerne à década de 1990, especificamente ao Governo Collor, esse período apresenta ao país os primeiros sinais de significativas alterações, que irão ocorrer de maneiras negativas para o social. Sobre esse momento histórico, Oliveira (1995, p. 25) sintetiza:

A eleição de Collor deu-se nesse clima, no terreno fértil onde a dilapidação do Estado preparou terreno para um desespero popular, que via no Estado desperdiçador, que Collor simbolizou com os marajás, o bode expiatório da má distribuição de renda, da situação depredada da saúde, da educação e de todas as políticas sociais. Foi esse voto de desespero que elegeu o Bismarck das Alagoas. Então, surgiu o neoliberalismo a brasileira. Sempre avacalhado e avacalhador: em vez da autoridade britânica [...], a casa da Dinda, uma farsa grotesca, florestas amazônicas em pleno serrado. Mas esse neoliberalismo sempre foi mal estudado entre nós, sempre atenuado por nossa própria ironia e capacidade de não levar a sério o que deve ser levado muito a sério.

O Brasil nesse momento apresentava características do projeto neoliberal, que já se dava em escala mundial e que se torna hegemônico no campo econômico, almejando redirecionar o papel do Estado em sua forma de se organizar e o seu peso na economia nacional, ampliando os espaços onde o mercado capitalista iria regular. Dessa forma, impactando as relações de contrato, como também de funcionamento do trabalho. A década de 1990 é caracterizada pela opção do governo brasileiro pelo projeto neoliberal em desenvolvimento na Europa e em alguns países da América Latina, apresentando uma nova conjuntura, marcada pela abertura econômica do país para inserção na economia globalizada; pela hegemonia do capital financeiro em detrimento do capital produtivo; pela reforma do

Estado e a conseqüente elevação do desemprego estrutural.

Essa década se apresenta como adversa ao avanço da Constituição Federal de 1988, já que os direitos sociais nela conquistados começaram a ser abatidos por meio do processo de “contrarreforma” do Estado, que ocasionou vários empecilhos e redimensionamento das conquistas postas na Constituição Federal de 1988, em um cenário de desmonte das bases políticas. Tendo em vista o exposto, vale colocar que essa dinâmica ofensiva contra os direitos sociais é resultado das modificações que se deram na esfera econômica em um contexto global, recomendadas pelos agentes financeiros internacionais.

No mundo moderno, hegemônico pela burguesia, os direitos sociais foram por muito tempo negados, sob a alegação de que estimulariam a preguiça, violariam as leis de mercado (e, portanto, o direito individual à propriedade), além de impedirem os homens de se libertar da tutela de um poder estatal autoritário e paternalista. Não é assim casual que esses direitos voltem a ser negados hoje, teórica e praticamente, pelos expoentes do chamado neoliberalismo (COUTINHO, 2005, p. 12).

Assim, na perspectiva de Behring; Boschetti (2008), no Brasil, o processo de contrarreforma se imprime desconfigurando às políticas sociais garantidas, minimizando-as a programas focais, assistenciais e seletivos dirigidos aos grupos de maior pobreza, esvaziando seu caráter universal, ao tempo que se tem aberto o mercado para o fornecimento de serviços coletivos acessíveis de acordo com o poder de compra de cada sujeito, retirando o caráter público desses, gerando a diminuição da intervenção estatal na área social, simultaneamente ao repasse da gestão de bens e serviços públicos para redes privadas, tais como a saúde e a previdência, mediante a transferência de recursos públicos.

O conjunto das reformas neoliberais debilita exponencialmente as capacidades das instituições estatais em termos de ação e coordenação geral das políticas públicas, minimizando a ação do Estado enquanto agente de desenvolvimento e integração social, de valorização e eficácia dos serviços públicos e do funcionalismo público, desmontando assim as bases da constituição dos atores sociais e da representação simbólica coletiva da comunidade política (GÓMEZ, 2000, p. 94).

É situando o contexto da crise contemporânea do capital e conseqüentemente o papel que o Estado e a sociedade civil passam a assumir nessa perspectiva e o protagonismo dos organismos financeiros internacionais na definição das políticas estatais dos países de capitalismo periférico, que se busca compreender o hiato existente entre as conquistas em seu marco legal de direito, com seus respectivos avanços, e as condições postas no plano real do neoliberalismo e da barbárie, descaracterizando-a, fornecendo um caráter assistencial e de benefício às mesmas, essas características apontadas pelo modelo neoliberal implicam na

alteração das políticas sociais: base de sustentação da profissão.

Dessa forma, com a redução do tamanho do Estado e a consequente privatização das políticas sociais que estão saindo da órbita do Estado e passando a ser assumidas por Organizações Não-Governamentais, igrejas, instituições filantrópicas, associações de moradores, entre outros, que as políticas sociais que permanecem, perdem seu caráter universal e enfocam somente a população mais pobre.

O avanço do neoliberalismo promove a descentralização dessas políticas, mas, ao mesmo tempo, ocorre a centralização executiva, econômica e normativa. Pode-se decodificar que o discurso neoliberal promete uma maior igualdade de oportunidades, tanto em nível institucional como para a população mas, paradoxalmente, se pode constatar no cotidiano da prática profissional, a existência de uma crescente desigualdade econômica, social e cultural. Nesse sentido, o rebatimento desse modelo que incide de modo de geral na sociedade, faz com que ocorra a ampliação do mercado de trabalho para os assistentes sociais (vale salientar de forma precarizada) devido ao agravamento das expressões da questão social. Para compreender como esse processo incide nesses profissionais, se faz importante a caracterização da profissão.

O Serviço Social segundo Iamamoto (2001a) se caracteriza como uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, uma especialização do trabalho da sociedade, ou seja, uma atividade que possui particularidades, que exige embasamento teórico-metodológico, norteamento ético-político e habilidades, como também a afirmação da centralidade do trabalho na constituição dos indivíduos sociais. O assistente social se configura como um trabalhador assalariado, que se encontra circunscrito por um universo de possibilidades e de limites impostos à sua atuação em diversos espaços sócio-ocupacionais, que possuem lógicas e funções distintas em seu significado social e efeitos na sociedade. Desse modo, o Serviço Social é reconhecido como:

uma especialização do trabalho, parte das relações sociais que fundam a sociedade do capital. Estas são, também, geradoras da “questão social” em suas dimensões objetivas e subjetivas, isto é, em seus determinantes estruturais e no nível da ação dos sujeitos. As desigualdades e lutas sociais contra as mesmas se refratam na produção social, na distribuição desigual dos meios de vida e de trabalho, nas objetivações políticas e culturais dos sujeitos sociais. Reafirma-se a “questão social” como base de fundação sócio-histórica da profissão, salientando as respostas do Estado, do empresariado e as ações das classes trabalhadoras no processo de constituição, afirmação e ampliação dos direitos sociais. Este ângulo de análise exige decifrar as multifacetadas refrações da “questão social” no cotidiano da vida social, abrangendo suas manifestações universais, particulares e singulares, a objetividade e a subjetividade, os momentos econômicos, sociais, éticos, políticos e ideoculturais, que são a “matéria” do trabalho do assistente social (ABESS/CEDEPSS APUD IAMAMOTO, 2009a, p 13).

Esse profissional atua no enfrentamento cotidiano das diversas manifestações da questão social, que se espelham na vida dos sujeitos de diferentes camadas das classes subalternas, em suas relações com o bloco hegemônico e nas iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos e da cidadania e nas correspondentes políticas públicas. Afirmando o seu comprometimento ético com os direitos e interesses dos trabalhadores, guiados pela perspectiva de defesa e de ampliação de qualidade dos serviços sociais. Nesse sentido, Yamamoto (2001b, p. 17) aponta o significado histórico da questão social, que possui a sua gênese:

no caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho - das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa, portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal [...]. É fato conhecido que historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, em especial pelo Estado [...] extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos.

Para que se proceda a compreensão sobre o Serviço Social no contexto atual, se faz necessário fazer referência aos projetos coletivos. Existe um que, para essa discussão, nos interessa que são os projetos societários, “projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclama determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 4). Esses se peculiarizam dos demais projetos coletivos pela sua amplitude como proposta para o conjunto da sociedade. No seio do capitalismo, projetos societários constituem-se como projetos classistas. Por isso, há uma dimensão política, que envolve relações contraditórias e de poder. Como afirma Teixeira e Braz (2009, p. 4)

todo projeto e, logo, toda prática, numa sociedade classista, tem uma dimensão política, como dissemos anteriormente. Ou seja, se desenvolvem em meio as contradições econômicas e políticas engendradas na dinâmica das classes sociais antagônicas. Na sociedade em que vivemos (modo de produção capitalista profissional) é, também, projeto político: ou projeto ético-político. Detém, ao tratar da prática profissional, uma dimensão política, definida pela inserção sociotécnica do Serviço Social entre os distintos e contraditórios interesses de classe.

O projeto profissional do Serviço Social baliza a prática profissional dos assistentes sociais, conectado a um determinado projeto societário cujo eixo central está intimamente vinculado aos rumos da sociedade como um todo. Os projetos societários estão presentes nas engrenagens de qualquer projeto coletivo, inclusive no projeto ético-político da categoria do Serviço Social. Os projetos societários podem, como aponta Braz (2005), ser transformadores ou conservadores da ordem social. Assim, o Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEPSS) vincula-se a outro projeto de sociedade, não se confundindo com ele.

As exigências que a dimensão política da intervenção profissional conflui para que o PEPSS vincule-se a um projeto de transformação da sociedade. Tendo consciência ou não, imprimimos em nossas ações favorecendo interesses sociais distintos e contraditórios. E acerca de nosso Projeto Profissional Ético-Político, quanto aos seus compromissos ele

tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero (NETTO apud TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 6).

Os projetos profissionais são atrelados aos projetos societários de classes distintas. Segundo Netto (1999) os projetos profissionais construídos pela coletividade dos profissionais refletem a imagem do Serviço Social, categorizando valores que a legitimam socialmente, limitando e priorizando suas metas e suas atribuições, formulando requisitos técnico, institucional e prático para o exercício laborativo dos assistentes sociais, prescrevendo normatizações de condutas e estabelecendo direcionamentos da relação entre profissional e usuários dos serviços, com outras profissões e com as organizações e instituições.

O projeto possui cunho universalista e democrático, informa a percepção de seguridade tomando por base a Constituição Federal de 1988, acreditando no avanço da democracia baseada nos norteadores da participação e do controle popular, da universalização dos direitos, garantindo a gratuidade no acesso aos serviços, à integralidade das ações que almejam defender a cidadania de todos no direcionamento da equidade. Pensar a defesa dos direitos diz respeito à certificação da primazia do Estado, como ente essencial a universalização, na direção das políticas públicas, valorização do pacto federativo, estimulando à democratização das políticas sociais nas respostas as “carências” das maiorias.

No que se refere aos espaços de atuação desses profissionais, eles são o Estado (poder executivo, legislativo e judiciário), as empresas privadas capitalistas, as organizações da

sociedade civil sem fins lucrativos, assessorias, organizações e movimentos sociais. Sua atuação ocorre ainda na esfera privada, principalmente no âmbito do repasse de serviços, benefícios e na organização de atividades vinculadas à produção, circulação e consumo de bens e serviços, também atuam em processos de organização e formação política de segmentos diferenciados de trabalhadores, realizando assessorias, consultorias e supervisão técnica; contribuem na formulação, gestão e avaliação de políticas, programas e projetos sociais; atuam na instrução de processos sociais, sentenças e decisões, especialmente no campo sociojurídico; realizam estudos socioeconômicos e orientação social a indivíduos, grupos e famílias, predominantemente das classes subalternas; impulsionam a mobilização social desses segmentos e realizam práticas educativas; formulam e desenvolvem projetos de pesquisa e de atuação técnica, além de exercem funções de magistério, direção e supervisão acadêmica (IAMAMOTO, 2009b).

Os assistentes sociais realizam uma ação de cunho socioeducativo por meio da prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e as formas de exercê-los, corroborando para que precisões e interesses dos sujeitos sociais assumam visibilidade no domínio público e possam ser reconhecidos, incitando a organização dos vários segmentos dos trabalhadores na defesa e ampliação dos seus direitos, especialmente os direitos sociais.

As incidências do trabalho profissional dependem para além da atuação do assistente social, ou seja, esta associada ao conjunto das relações e condições sociais por meio da qual o seu trabalho se concretiza, assim para analisar a profissão e o seu efetivo exercício é de fundamental importância à apuração dos determinantes que implicam no trabalho profissional mediado pela compra e venda da força de trabalho pelas diversas instituições empregadoras. Essas relações causam interferências ao trabalho concreto do assistente social, limitando as respostas fomentadas pelo mesmo de maneiras distintas, ou seja, incidindo na autonomia e nas configurações técnico-profissional.

Delinear a análise do Serviço Social agrega um emaranhado de determinações e mediações fundamentais para a elucidação do significado social do trabalho do assistente social, sendo relevante a compreensão das tensões entre o norteamento social condizente com um projeto profissional coletivo que o assistente social deseja imprimir ao seu trabalho concreto, e as exigências que os empregadores demandam aos seus trabalhadores assalariados, dessa forma gerando o conflito entre o projeto profissional que direciona a categoria e o seu status de assalariamento.

Vale salientar, que mesmo sendo o Serviço Social uma profissão regulamentada como “liberal”, possuindo estatutos legais e éticos que reiteram a condução de suas atribuições a

uma determinada autonomia teórico-metodológica, técnica e ético-política, o seu exercício é tensionado pela compra e venda da sua força de trabalho, desse modo o assalariamento incide diretamente na sua autonomia. Tendo em vista que os organismos empregadores disponibilizam os recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos indispensáveis à concretização do trabalho, deliberam normas contratuais, e definem as funções e atribuições por meio da sua normatização institucional, que condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais.

O assistente social encontra-se em meio a um conjunto de prescrições e exigências que são delineadas pelos diferentes empregadores, na contramão, a sua prática também é requisitada pelas necessidades dos indivíduos que se transformam em demandas profissionais, é nesse cenário adverso que este profissional lida rotineiramente com as singularidades vivenciadas pelos sujeitos, que são especificamente geradas por determinações de caráter de classes.

Assim, esses profissionais são desafiados a articular as dimensões universais aos aspectos singulares, para atingir a particularidade dos fatos, o que lhes exige um sólido aporte teórico-metodológico para a realização da leitura crítica da realidade social, imputando visibilidade à essência dos fatos, por meio da realização de pesquisas que alicercem o desempenho profissional, fazendo com que se saia das amarras das necessidades sociais privadas, trazendo a tona a resolutividade dos problemas em um contexto de luta por direitos na esfera pública<sup>3</sup>.

No que concerne à inserção do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais, tem-se um ponto de partida que norteia a análise a partir de um viés que escamoteia olhares unilaterais e isolados da realidade, a perspectiva crítica entende esse procedimento como movimento da sociedade, a reprodução de uma forma cotidiana de vida social e de trabalho em suas contradições, inferindo-se que esse movimento não se configura

---

<sup>3</sup> Esfera pública, segundo Pereira (2009) se configura como espaços de todos (e não de ninguém, como também é entendido), onde a liberdade positiva é condição básica para a participação política e cívica; para que ocorra a prática da autonomia crítica e para exercício responsável de direitos e deveres. Assim, a esfera pública refere-se, conseqüentemente, a um lócus construído social e historicamente na interconexão da relação entre Estado e sociedade e, como tal, um campo de conflitos e negociações em que se entrecruzam demandas diferenciadas e são tecidas deliberações baseadas em “parâmetros públicos que reinventam a política no reconhecimento de direitos. É a concepção gramsciana que melhor ajuda a entender as possibilidades de formação de esferas públicas construídas na interface entre sociedade política e hegemonia/direção propiciadora da socialização da política. Nesse processo, evidentemente não cabe satanizar o Estado e nem negar o seu insubstituível papel de garantidor de direitos. Concomitantemente, não cabe ver a sociedade como o lugar das virtudes participativas ou, ao contrário, como a instância representativa de interesses privados. Portanto, tanto o Estado como a sociedade são partes constitutivas e integrais de um todo contraditório que se publiciza à medida que se torna permeável aos conflitos e às diferenças, assim como à definição negociada de políticas públicas, isto é, de todos.

como mera repetição ou reposição do que este posto, ao contrário, se dando como um procedimento histórico onde existe a apreensão do movimento e a tensão das relações sociais entre as classes fundamentais e dos indivíduos que as compõe, ou seja, reafirmando-se a dimensão contraditória das demandas e exigências sociais que se apresentam à profissão, manifestações das forças sociais que nelas incidem – tanto o movimento do capital quanto as conquistas dos trabalhadores.

Segundo Iamamoto (2009b) são essas forças contraditórias, presentes na dinâmica dos processos sociais, que geram as bases para a renovação do estatuto da profissão associadas ao escopo dos seus agentes, tendo em vista que a sociedade é perpassada por projetos sociais, há um terreno para a constituição de projetos profissionais também diversos, indissociáveis dos projetos mais amplos para a sociedade. O projeto profissional beneficia-se tanto da socialização da política conquistada pelas classes trabalhadoras, quanto dos avanços de ordem teórico-metodológica, ética e político acumulado no universo do Serviço Social a partir dos anos de 1980, assim, as lacunas que restam ao profissional para revelar uma direção social a sua prática é proveniente da sua relativa autonomia que lhe é resguardada pela legislação profissional e que pode ser contestada judicialmente.

Desse modo, o trabalho do profissional do Serviço Social, é circunscrito pelas expressões do circuito das relações sociais que vigoram na sociedade, seu exercício profissional é basicamente polarizado pela trama de suas relações e interesses sociais, participando tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto, concomitantemente, das respostas às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais, portanto, os espaços sócioocupacionais, se apresentam simultaneamente como mantenedor/reprodutor ou superador da ordem vigente.

Dessa maneira o Serviço Social está inscrito em um processo que tanto permite a continuidade da sociedade burguesa quanto instaura as bases que engrenam as possibilidades para a modificação da mesma. Tendo em vista o exposto, o Serviço Social exige um sujeito que esteja fundamentalmente apoiado por aporte teórico crítico, que busque apreender a totalidade, verificando as possibilidades para a construção de táticas coletivas, associadas aos setores sociais progressistas, que permitam robustecer caminhos que tonifiquem os direitos nos múltiplos espaços ocupacionais em que desempenham a sua prática profissional, sendo competente para executar suas atribuições, através de proposições e negociações de seus projetos com a instituição, indo além do que requer as rotinas institucionais, e sendo impulsionador dos sujeitos para que estes defendam de suas necessidades e interesses

coletivos na cena pública, portanto, a sua ação deve ser fomentada tendo como base a rejeição do instituído.

Distintos estágios do modo de produção capitalista engendram diferentes manifestações da questão social, na contemporaneidade o processo do tripé do neoliberalismo, da reestruturação produtiva, da globalização associado ao desemprego são produtos de uma escolha político-econômica dos governos, de cunho histórico e não natural, assim deve-se analisar as manifestações da questão social mais gritantes na atualidade (o desemprego em taxas elevadas, o aumento da miséria, das desigualdades, dentre outros) através de sua origem, tendo em vista que o discurso do pensamento hegemônico almeja naturalizar as desigualdades e os conflitos que existem no modo de produção capitalista, buscando demonstrar um espelho de harmonia e integração.

Essa perspectiva pode ser visualizada na categoria exclusão, que pressupõe que se vive em uma sociedade estável e harmônica, escamoteando a ideia de que a sociedade capitalista é a sociedade da luta de classes, em que protagonistas antagônicos lutam por interesses distintos. Por meio desse discurso de exclusão social, maquia-se a solução através de mecanismos que contemplam a inserção social, que se procede por meio dos programas destinados para os sujeitos que se encontram na extrema pobreza, ou seja, por programas que buscam a integração do sujeito ao meio, contribuindo para a solidificação da desresponsabilização estatal nesse sentido “a inserção dos excluídos através da renda mínima é uma exclusão elegante” (DEMO APUD PASTORINI, 2010, p. 80).

Diante das alterações históricas que modificaram o capitalismo e as profundas repercussões na órbita das políticas públicas, por meio da focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho, radicalizando as desigualdades em um cenário de retração das lutas sociais, do alastramento do desemprego, da desregulamentação das relações de trabalho e da (re)concentração da propriedade fundiária aberta ao grande capital internacional. Tem-se o ataque a cultura que incide nas esferas dos valores e da ética por meio da mercantilização que caminha ao lado da descartabilidade, da superficialidade e da banalização da vida. Desse modo, se tem os consequentes redimensionamentos das demandas, das condições e relações de trabalho e consequentemente das bases das atividades dos assistentes sociais.

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornando potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do

desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo (NETTO, 2001, p. 45).

Nesse contexto, a questão social é mais do que pobreza e desigualdade. Ela expressa a banalização do humano, resultante de indiferença frente à esfera das necessidades das grandes maiorias e dos direitos a elas atinentes. Indiferença ante os destinos de enormes contingentes de homens e mulheres trabalhadores submetidos a uma pobreza, produzida historicamente (e, não, naturalmente produzida), universalmente subjugados, abandonados e desprezados, porquanto sobrantes para as necessidades médias do capital.

Ainda com relação ao tocante da pobreza, é relevante assinalar que em suas configurações atuais do capital, há o alastramento da mesma pelos trabalhadores que cada vez mais se vêm excluídos do mercado formal de trabalho, o que pode ser visualizado por meio das “novas” manifestações da pobreza, através do empobrecimento e da proletarização da classe média, da minimização das taxas de trabalhadores maiores de 45 anos inseridos no mercado formal de trabalho, atrelado a esse processo se tem a minimização da segurança no emprego e de um maior nível de demissão a curto prazo. Nesse contexto, a pobreza passa assumir uma dupla dimensão:

Por um lado, a pobreza “convencional” inerente ao sistema capitalista, que diz respeito à ausência de renda e às desigualdades de classe; por outro, mas interligado, é necessário não esquecer o empobrecimento que vivenciam alguns setores da população, outrora mais bem situados socialmente. [...] Lembremos que muitos desses expulsos do mercado de trabalho são trabalhadores qualificados que até então tinham uma utilidade para o capital, eram protegidos pelo Estado e lutavam para não serem explorados; hoje muitos lutam para terem a possibilidade de serem explorados [...] entendemos estar na presença de uma regressão, de uma perda dos direitos adquiridos pelos trabalhadores, tanto em relação a segurança no emprego e ao seu nível salarial (PASTORINI, 2010, p. 41 - 42).

O Serviço Social mantém seu movimento de renovação, porém diante desse processo de desordem mundial, os assistentes sociais com o seu estatuto de assalariamento, são fortemente atingidos com o desemprego e a precarização do trabalho que alcançou todos os trabalhadores, ou seja, sofrendo os mesmos rebatimentos que recaem sobre todos os sujeitos sociais. Para reafirmar o que foi colocado anteriormente, Montaño (1997) destaca que a base de constituição funcional ocupacional dos assistentes sociais – sua funcionalidade, sua instrumentalidade, sua legitimidade, se essas foram alteradas no contexto atual do capitalismo no que concernem as suas orientações e funcionalidade, infere-se que a base de sustentação funcional-ocupacional da profissão tem sofrido – ou ainda esta sofrendo alterações importantes.

Proveniente desse cenário adverso se desenvolve uma ampliação do mercado de trabalho para os profissionais do Serviço Social que é decorrente, sobretudo, do adensamento da questão social, a partir da mundialização do capital que passa a redimensionar as demandas dirigidas a esses profissionais, assim como também altera as bases matérias e organizacionais de suas atividades, e as condições e relações por meio das quais se concretiza o consumo dessa força de trabalho especializada. Esse circuito se dá por meio das alterações que afetam o modo de vida, de trabalho e as expressões políticas e culturais dos diferentes segmentos de trabalhadores aos quais se direciona o trabalho do assistente social, que provêm da:

radicalização das desigualdades em um contexto de retração das lutas sociais ante os dilemas do desemprego, da desregulamentação das relações de trabalho e da (re) concentração da propriedade fundiária aberta ao o grande capital internacional. Verifica-se uma ampla investida ideológica (...) voltada à cooptação dos trabalhadores, agora travestidos em “parceiros” solidários aos projetos do grande capital e do Estado. Essa investida é acentuada pela “assistencialização” da pobreza contra o direito ao trabalho, transversal às políticas e programas sociais focalizados, dirigidos aos segmentos mais pauperizados dos trabalhadores, com marcantes incidências na capacidade de mobilização e organização em defesa dos direitos (...) em uma época que descaracterizou a cidadania ao associá-la ao consumo, ao mundo do dinheiro e á posse das mercadorias (IAMAMOTO, 2009a, p. 26).

Nesse sentido a prática do assistente social passa a desafiá-lo, já que a profissão em seu exercício adquiriu um cariz de imediatização, devido aos condicionantes e determinantes políticos e econômicos do país, que estão amarrados aos interesses do capital internacional. Dentre as incidências em seu exercício profissional pode-se inicialmente destacar a contestação que atacam as “grandes narrativas”, abrindo um leque de possibilidades para a invasão pós-moderna que se apresenta ao Serviço Social contrariamente ao amadurecimento intelectual da profissão; tendo em vista que faz emergir o revigoramento de uma reação (neo) conservadora (de maneira disfarçada) por meio da negação da sociedade de classes.

A pós-modernidade expressa essa cultura ou as “expressões ideoculturais” da crise capitalista, na interpretação Simionato (1999), sobre a qual a ordem burguesa se apoia para se manter dominante. Barroco (2003, p. 180) faz a seguinte referência sobre este momento:

As condições socioeconômicas e ideopolíticas dos anos 1990 atinge diretamente a classe trabalhadora, rebatendo duplamente no serviço social seus agentes serão atingidos como cidadãos e trabalhadores assalariados e como profissionais viabilizadores de direitos sociais. A vertente profissional que nos anos de 1980 ganhou a legitimidade na direção das entidades de profissionais e estudantes, na organização sindical, no debate crítico, na produção inserida na tradição marxista, na revisão curricular de 1982 e na reelaboração do Código de Ética de 1986, defronta-se com o desafio de responder a essa conjuntura sem perder suas conquistas.

A pós-modernidade espelha o patrimônio cultural da ofensiva do capital, que embasa as formulações: a “crise do Estado, do trabalho, o fim do legado marxiano e marxista”, solidificando a importância do fragmento, do efêmero e do micro social, não conseguindo desmascarar e enfrentar as contradições, pelo contrário, a mesma legitima o que está posto pela sociedade burguesa. Assim, a perspectiva de ruptura com a sua vertente hegemônica marxista, necessita cada vez mais ser solidificada, atestando a urgência de seu debate e de lutas em sua defesa.

Esse processo implica diretamente no perfil dos profissionais e nas suas conseqüentes ações, se intensificando diante do contexto de ofensiva do capital marcadamente em sua dinâmica de elevado retrocesso dos direitos sociais, que desafia amplamente o Projeto Profissional Ético-Político do Serviço Social (PEPSS), que deve considerar a dupla proporção: as condições macro societárias que permeiam o terreno social e histórico em que se desempenham os atributos profissionais, suas barreiras e possibilidades que vão para adiante da vontade do indivíduo e, por outro lado, as respostas ético-político e técnico-operativo baseados em fundamentos teórico metodológico de boa parte dos agentes profissionais.

Esse neoconservadorismo invade as políticas públicas, que estruturadas sob os preceitos neoliberais e recomendação dos organismos internacionais, fragmentam as demandas das políticas por caracterização de geração e étnico-culturais, abordando as mesmas de maneira transclassista, fundando as disparidades nas relações sociais, elevando o grau de desigualdades de classes. Essa fragmentação dos sujeitos faz com que os mesmos percam o seu caráter coletivo, além de trazer aspectos acrílicos para a compreensão da dimensão social, escamoteando a totalidade e retificando medidas que se limitam a criar mecanismos que agem apenas na aparência dos fenômenos, sem compreender as suas causas.

Esses procedimentos são espelhados claramente na conjuntura atual, por meio da atualização da criminalização da questão social e das lutas trabalhistas, através da solidificação do Estado penal, que atinge a classe subalterna, renovando a perspectiva de “classes perigosas”, que se localiza imersa a uma situação de repressão e extinção. Nesse contexto trata da questão social também se procede por meio de formulações de caráter ultraconservador, que colocam a família como o centro da política social governamental, buscando enquadrar o homem ao meio.

Outro panorama que incide diretamente na profissão do Serviço Social e que conseqüentemente implica na vida das demandas atendidas pelos assistentes sociais na defesa de seus direitos é a racionalidade de mercado por meio do processo de precarização do ensino

público e da ampliação do privado, elevando os índices de graduação massiva que advém da expansão da educação superior como o “negócio” do capitalismo contemporâneo, que objetivando elevar os lucros do capital, propaga e incentiva o ensino à distância que acontece concomitante a perda crescente da qualidade crítica que perpassa a profissão.

Vale ressaltar que o problema, sobretudo se reflete no fato de que a prática profissional esta relacionada à rotina dos sujeitos. Em um curso universitário de caráter teórico-prático que exige estágio supervisionado, esse processo de massificação acaba gerando a perda da qualidade da formação universitária que estimula e reitera os mecanismos ideológicos do capital, já que deixa as “portas abertas” para o processo de submissão do assistente social ao mercado, através da despolitização da categoria profissional, que é favorecido pelo isolamento do ensino à distância, como também pela ausência de experiências estudantis coletivas em seu percurso na vida acadêmica.

O consequente engendramento da despolitização do exercício profissional está atrelado às estratégias do grande capital, na sua busca gradual de desresponsabilizar o Estado e desvincular as políticas sociais como sua responsabilidade, fazendo emergir espaços inéditos para que essas políticas sejam postas em prática, por meio de métodos de cunho patriarcal e clientelista, através da ajuda a quem necessita, buscando ausentar das políticas sociais do seu caráter de luta e conquista, fornecendo as mesmas uma perspectiva de favor, provinda de atos de solidariedade.

Nesse sentido, segundo Sposati apud Pastorini (2010), o Estado multiplica o capitalismo sem praticamente modificar as desigualdades que são engendradas pelo mesmo, brechando possíveis tumultos, fomentando respostas à miserabilidade e a pobreza dentro dos limites situados pela acumulação capitalista e do seu jogo político, o que de fato existe é a desvinculação de qualquer medida que almeje problematizar a ordem vigente, buscando combater as manifestações da questão social, sem que se toque na base da ordem burguesa, ou seja, pondo em prática um reformismo que busque conservar.

Dessa maneira, os setores hegemônicos buscam limitar a prática do assistente social, através de suas “exigências” no que concerne ao trato da questão social, almeja-se um profissional de perfil conservador, que seja orientado pela teoria da integração social, ou seja, um agente de controle social. Por meio desses mecanismos, as desigualdades sociais passam a ser naturalizadas e as políticas sociais perdem a sua característica de conquista, passando a ser compreendidas como concessões burguesas, reproduzindo à perspectiva do favor através de um cunho benevolente, paternalista e clientelista.

Portanto, os sujeitos portadores de direitos passam a ser usuários minimizados a beneficiários, requerentes, entre outras nomenclaturas, que receberão os serviços e os benefícios por meio das políticas sociais e/ou programas compensatórios, paliativos, emergenciais, focalizados, temporários. Continua o capitalismo almejando um profissional que realize a sua prática como uma “receita de bolo”, nos moldes do “como fazer”, priorizando um exercício profissional que não ultrapasse a singularidade dos fenômenos, “buscando” um profissional que “resolva” as expressões da questão social por meio de respostas e resoluções de caráter singular.

Assim, a busca cotidiana de tornar natural a questão social é acompanhada pelo processo em que as suas expressões tornam-se objetos de ações assistencialistas focalizadas, de “combate a pobreza”, ou em expressão da violência dos pobres que é respondida por meio de mecanismos coercitivos, por meio da segurança e repressão oficiais. Trazendo à tona a questão social como “caso de polícia”, em contraponto, deixando de ser foco das ações estatais no atendimento das demandas dos trabalhadores, ou seja, na atualidade as manifestações da questão social são respondidas por meio de medidas focais e repressivas que escamoteiam a totalidade, como também os processos sociais contraditórios inerentes à sociedade de classes, derivando na responsabilização dos sujeitos por suas dificuldades.

Os problemas sociais passam a ser vistos como problemas dos indivíduos, retirando a sociedade de classes da sua responsabilidade na gênese das desigualdades sociais, renovando a velha questão social sobre novas roupagens na égide do capital financeiro em suas condições sócio-históricas de produção e reprodução intensificando as suas contradições.

A falta de questionamento leva a uma perda da processualidade nas análises dos fenômenos contemporâneo e a naturalização da realidade, ou seja, a modernização, a exclusão, a pobreza e até o próprio capitalismo se nos apresentariam como fatos dados [...] as categorias de “excluído” e “exclusão”, são categorias de orientação conservadora. Não tocam nas contradições. Cria-se e alimenta-se a ilusão de um futuro melhor e/ou resignação diante do fatal acontecer das coisas, quando na verdade todos esses fenômenos são produto da opressão econômica, política, ideológica e cultural exercida pelas classes dominantes na ordem capitalista. Essa “ilusão ideológica”, negando e absorvendo os conflitos de classes, sedimenta as propostas de integração e inserção social, apresentadas como a saída contemporânea capaz de restabelecer a coesão social perdida (PASTORINI, 2010, p. 92).

Diante do exposto, Iamamoto (2006) enfatiza que se faz necessário a promoção constante da articulação política na esfera da sociedade civil organizada pra que ocorra a elaboração de proposições e mecanismos comuns ao campo da democracia, requerendo ações pautadas na ratificação dos sujeitos coletivos, dos direitos sociais e na necessidade de organização para que esses sejam defendidos, assim, firmando laços com os usuários dos

serviços para sua efetivação. Portanto, se faz de essencial importância estimular a população a se inserir na esfera pública, tendo o esclarecimento de como vem se dando a inserção nesses espaços, tendo em vista que essa participação ao mesmo tempo em que pode abrigar experiências democráticas de intervenção em processos decisórios, em contraponto pode contribuir para a solidificação do coronelismo e do clientelismo.

Ocupar esses espaços coletivos tem uma maior relevância no contexto atual, em que o bloco do poder passa a difundir e empreender o trabalho comunitário, tendo no voluntariado o seu maior protagonista, almejando assegurar o norteamento intelectual e moral do seu projeto de classe em nome de toda a sociedade, elevando a sua base de sustentabilidade e legitimidade. Nesse sentido, é de fundamental importância que o assistente social volte a reassumir o seu trabalho de base de educação, mobilização e organização da população, que na atualidade parece esta submersa do debate profissional, diante da retração dos movimentos sociais.

Desse modo, a conjuntura contemporânea é perpassada pela racionalidade da cultura despolitizada que responde por meio da refilantropização das expressões da questão social que desafia os assistentes sociais. Esses profissionais devem buscar ultrapassar os liames de meros executores de políticas sociais passando a assumir um caráter de competência técnica e intelectual no âmbito da gestão e implementação das políticas sociais onde se processa o seu trabalho.

As estratégias para o enfrentamento da questão social tem sido tensionadas por projetos sociais distintos, que presidem a estruturação e a implementação das políticas sociais públicas e que convivem em luta no seu interior. Vive-se uma tensão entre a defesa dos direitos sociais e a mercantilização do atendimento as necessidades sociais com claras implicações nas condições e relações de trabalho do assistente social (IAMAMOTO, 2006, p. 28).

Tendo em vista as conflituosas relações entre o PEPSS e o estatuto de assalariamento, ocorre uma tensão no que se reflete ao pensamento de alguns profissionais sobre a dicotomia entre teoria e prática, que se caracteriza como uma visão unilateral de fatalismo ou messianismo da profissão. Assim a diversificação do mercado de trabalho do profissional do Serviço Social implica em novas requisições e demandas para o assistente social, assim como novas competências, habilidades e atribuições, que exige cada vez mais a capacitação acadêmica que lhe possibilite um direcionamento ético-político e técnico, para a solidificação da sua luta contra a hegemonia, que esteja atrelada ao comprometimento com a classe trabalhadora.

Dessa forma, a autonomia exige do assistente social dimensionamento teórico e metodológico além dos princípios ético-políticos, se fazendo de suma importância o alargamento das possibilidades de condução da prática profissional sob os ditames do PPEPSS, que fomenta estratégias políticas e profissionais que aumentem as bases de apoio no interior do espaço profissional e somem forças com os segmentos organizados da sociedade civil que se movem pelo mesmos princípios éticos e políticos

Considerando que os profissionais do Serviço Social atuam diretamente nas expressões da questão social e na viabilização de direitos para o atendimento das necessidades da população usuária, quanto mais essa categoria for capaz de decodificar e compreender as determinações desse tempo de desordem mais o assistente social terá condições para elaborar respostas profissionais qualificadas teórico-política e eticamente.

Portanto, se faz necessário à defesa permanente e cotidiana de uma perspectiva ética, teórica e política crítica para subsidiar a atuação dos assistentes sociais e das entidades nacionais da categoria, para atuarem em condições concretas com respostas satisfatórias às demandas e aos desafios que se apresentam no cotidiano profissional, vinculados sempre a um conjunto de mediações que articulem a luta por um projeto societário anticapitalista e as estratégias de enfrentamento na contemporaneidade.

O PPEPSS concorre à direção social do Serviço Social brasileiro nesse momento histórico, com outros projetos profissionais de cunho neoconservador, pragmático e com formas despolitizadas de entender a questão social que emerge cotidianamente no cenário profissional. Por isso, mais do que nunca, surge à necessidade do fortalecimento dessa perspectiva crítica, para que não se caia no conformismo, no pensamento único e nos modismos – que criam uma atmosfera de progresso e avanço social, quando mascaram contrastes e conflitos como os presentes na relação capital-trabalho – da pós-modernidade.

Desse modo, as demandas direcionadas ao Serviço Social exigem um profissional qualificado e se torna um desafio afirmar a hegemonia de uma direção social estratégica para a profissão comprometida com a ruptura de práticas conservadoras. Não enxergar as possibilidades concretas e a aplicabilidade do projeto hegemônico da profissão é guiar à a mesma a uma racionalidade baseada no tecnicismo e no retorno da psicologização das manifestações da questão social. Fazendo-se necessário, como já colocado anteriormente, um rigoroso aporte teórico, o entendimento dos fundamentos profissionais e da centralidade do trabalho no seu aspecto ontológico. Entender esse circuito se configura como uma limitação imposta pela contemporaneidade, na medida em que o profissional do Serviço Social, não

consegue compreender esse movimento que provém de uma assimilação equivocada da teoria crítica.

O profissional ali inserido necessita ter criticidade e não reproduzir o descaso que o usuário já sofre dos entes federativos; deve ter compromisso com o usuário, ser ético e propositivo, estar embasado em legislações e respaldado juridicamente, como também ter conhecimento amplo em projetos sociais (para formulação, gestão e avaliação), e trabalhos com comunidades; manter uma inter-relação e comunicação com a rede socioassistencial, além de "atividades de assessoria, pesquisa e informações, educação popular, campanhas e denúncias, entre outras" (IAMAMOTO, 2000, p. 123).

Segundo Iamamoto (2009a) a competência profissional é crítica capaz de desvendar os fundamentos conservantistas e tecnocráticos do discurso da competência burocrática. A competência crítica supõe: um diálogo crítico com a herança intelectual do Serviço Social, construindo um diálogo fértil e rigoroso entre teoria e história, um redimensionamento dos critérios da objetividade do conhecimento para além daqueles promulgados pela racionalidade da burocracia e da organização que privilegia sua conformidade com o movimento da história e da cultura.

Assim exigindo um profissional versado e politicamente atento ao tempo histórico, para decifrar o não dito e os discursos não autorizados pelo poder, uma competência estratégica e técnica que recusa tanto o messianismo utópico, que privilegia as intenções do sujeito profissional em detrimento da análise histórica do movimento do real, numa visão heroica e ingênua, quanto o fatalismo, com suas análises que naturalizam a vida social.

Para que esse processo ocorra, se faz necessário uma rigorosa formação teórica e metodológica que consiga abarcar a explicação do atual movimento do capital e as suas particularidades no Brasil e as implicações nas políticas públicas e na prática profissional; assim como também que ocorra o acompanhamento da formação universitária de forma rigorosa devido à ampliação do ensino superior privado e da educação a distância no país, além da afirmação do PPEPSS no exercício cotidiano, fortificando as lutas em favor da preservação e da ampliação dos direitos, articulação com entidades, forças políticas e movimentos dos trabalhadores em defesa dos direitos civis, políticos e sociais e o cultivo a uma ação crítica na defesa das condições de trabalho e da qualidade dos atendimentos, potenciando a autonomia profissional (IAMAMOTO, 2006).

É essencial que o assistente social, busque estratégias que rompam o que está posto, formando uma contra-hegemonia, diante de um contexto que busca por meio de medidas responder aos imperativos da questão social por meio da integração social/ inclusão, que em

última instância pretende acomodar os indivíduos a ordem estabelecida. De forma contrária, entende-se que o acesso aos serviços e benefícios na sociedade atual deve ser mediante políticas sociais que busquem a universalidade, por isso, se considera que é imprescindível pensar em políticas e programas sociais alternativos da teoria da integração social.

Portanto, é necessário romper com o discurso dominante que diz respeito a uma visão de mundo, a uma relação entre a economia e a política, a um modo dado de organizar a vida social, a uma concepção de sujeito e uma forma específica de construção do mundo material em definitivo, esses fatos implicam romper com a história oficial. Dessa forma, por meio da construção e efetivação desse lastro será possível evidenciar as contradições estruturais que fundamentam as desigualdades sociais e romper com o consenso manipulado, construído artificialmente na sociedade capitalista, tendo como horizonte a emancipação não só política, mas, sobretudo humana.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capitalismo em sua fase atual, na sua busca constante de gerar mecanismos para converter as baixas taxas de lucratividade que se deram no derruir do *Welfare State*, engendraram diversas estratégias nos campos: econômico, político e ideológico. Aportado nessas alterações, o capital assume uma face nunca vista em suas roupagens anteriores, passando a configurar uma nova forma de exploração da força de trabalho, que possui como base a financeirização do capital, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo. Esse tripé consolidou uma base forte, para destruir o seu maior “inimigo”, a classe trabalhadora organizada, que se configurava como ameaçadora a ordem vigente, por meio de suas lutas que lhes possibilitava conquistas que garantiam e ampliavam direitos.

Essa ofensiva engendrou inúmeras e profundas implicações no mundo do trabalho e na sociedade como o todo. O capital passou a propagar a ideologia de que a racionalidade do seu sistema se dá de maneira natural, se configurando como um procedimento a-histórico, almejando perpetuar esse tipo de visão unilateral, que fornece ao mesmo um caráter de “imortalidade”, fazendo parecer com que essa ordem não pudesse ser superada. Essa ideologia busca desprover e desconfigurar as relações sociais, como um processo de luta, constituído por sujeitos sociais distintos e conseqüentemente de interesses divergentes.

Nesta perspectiva, a hegemonia do capital objetiva tornar os indivíduos desprovidos de sua identidade de classe, tornando os sujeitos insensíveis às conseqüências devastadoras geradas por esse modo de acumulação, esse processo é permeado pela exaltação do mercado, que se apresenta como indissociável da descartabilidade e da superficialidade. Esse circuito se processa, porque se vive diante de um cenário fortemente norteado pela contrarrevolução, fazendo com que as pessoas não se articulem diante dos antagonismos e das necessidades, já que se tem o processo de mascaramento das contradições da realidade social, que são inerentes ao movimento do capital em sua produção e reprodução. É nessa perspectiva que se atrela a busca da ampliação de ideias contestatórias no que se refere as interpretações provindas das “grandes narrativas”, alargando o espaço para a inserção do pensamento pós-moderno.

Dessa forma, infere-se que a construção e a solidificação ideológica proveniente do capital e do Estado, objetivando a cooptação dos trabalhadores, que nesse momento, desprovidos de sua identidade de classe, e providos de uma individualidade no que concernem as suas lutas por interesses particulares, passam a se apresentar como parceiros solidários aos projetos do grande capital. Essa questão que é agravada com o processo de

“assistencialização” da pobreza, que busca cotidianamente alternativas de desconfigurar a assistência social de sua perspectiva de direito e reconfigurá-la a partir dos ditames e interesses hegemônicos, que almeja modificar o trato com as expressões da questão social, por meio de programas focalizados, seletivistas, que são elaborados para as camadas mais pobres da população.

Desse modo, se tem mecanismos que agem de forma silenciosa nas formas de gestão, almejando o enxugamento da mão de obra; o aumento da produtividade por meio de tecnologias de elevação das jornadas de trabalho; o estímulo à competitividade barrando a organização sindical; a convocação dos trabalhadores para se atingir às metas empresariais, entre outros. Acompanhado desses processamentos que se dão na contemporaneidade, ainda se tem o desenho da descaracterização da cidadania, já que essa passa a ser vinculada ao consumo, ou seja, ao cidadão consumidor.

Para o desempenho dessas funções, o capitalismo busca inserir, nos diversos espaços sócio-ocupacionais, profissionais do Serviço Social que apresentem um caráter conservador, e que se restrinjam a serem meros executores de políticas sociais, se adequando as propostas capitalistas e que atuem numa perspectiva de imediatividade, desconsiderando os aspectos totalizantes e buscando adequar os sujeitos ao que está posto pela ordem vigente, culpabilizando os indivíduos e desconsiderando as dinâmicas macrococietárias que desenham e delimitam a vida dos sujeitos, esses aspectos podem ser visualizados por meio da ampliação do Estado penal.

Diante desse processo é importante focar, que o assistente social apresenta-se como um trabalhador assalariado que assim como os outros, encontra-se precarizado pelas estratégias impostas pelo grande capital, em seu processo de recomposição e de reprodução que determinaram um arcabouço de alterações na organização da produção e nas formas de gestão e consumo da força de trabalho, provocando impactos na sociedade, que interferem na reprodução material e espiritual da força de trabalho, onde se inserem os assistentes sociais.

As condições históricas possibilitam ao assistente social a preservação, a transformação ou o redimensionamento da sua atuação, no contexto atual das inéditas formas de produção e reprodução social da força de trabalho, engendram-se os desafios enfrentados pelos assistentes sociais. Levando em consideração as especificidades do seu trabalho, que são mediadas pelo mercado, passa a se exigir um processo de reconfiguração dos procedimentos operacionais, almejando um rearranjo de atribuições técnicas e políticas.

Uma das mais graves implicações dessa ofensiva se direciona a busca que o capitalismo possui de redimensionar a luta profissional dos assistentes sociais, assim como

também a busca pela desconfiguração do seu Projeto Ético-Político Profissional crítico, tendo em vista, que o capitalismo (como colocado anteriormente) busca o processo de integração social para responder a novas dimensões da questão social.

Desse modo, para o profissional do Serviço Social, para além do processo mais visível que se dá por meio das alterações do mercado de trabalho e de suas condições materiais para a efetivação do mesmo, tem-se uma problemática mais ampla no que concerne a emergência de novas expressões da questão social, que para serem respondidas por meio de um viés crítico que possibilite a aplicabilidade da corrente hegemônica profissional, necessita de uma visão do movimento do capital nas suas configurações e mecanismos de reprodução associado a um vasto conhecimento teórico por parte do assistente social, para iluminar a sua prática, além de um posicionamento político, ético e técnico que forneça respostas qualificadas para o enfrentamento dessas expressões da questão social que lhes são postas cotidianamente.

Assim sendo, as dimensões ético-político, teórico-metodológica e técnico-operativa devem estar atreladas para que a mediação do profissional consiga atingir os interesses da classe trabalhadora. Como alternativa de fortificação da categoria profissional e do seu projeto hegemônico se faz necessário diante das limitações impostas pelos mecanismos de reordenamento do capital, um profissional de caráter crítico, propositivo e criativo que consiga desvelar a realidade social, por meio da compreensão da totalidade decifrando os limites e as possibilidades que lhes são impostos em sua rotina profissional, para conseguir a partir desse viés investigativo, planejar a sua prática de espectro abrangente, desse modo à dimensão investigativa na ação profissional, apresenta-se como elemento básico para fomentar a sua prática não se apresenta como algo opcional, já que a investigação rompe com o pragmatismo.

Desse modo, diante do contexto atual do capitalismo, dentre todos os empecilhos, se tem que materializar a assistência social como posta em lei, superando a assistencialização que vêm tão forte na atualidade, também se deve ter a precaução para não assumir comportamentos messiânicos ou fatalistas, almejando defender o projeto societário antagonico ao da classe dominante e criar e solidificar bases para que as classes subalternas consigam assumir uma postura de questionamento e de rejeição quanto ao discurso e as práticas do capital.

Deve-se também lutar por melhorias no nível da formação profissional, já que existe uma relação entre as dificuldades da prática profissional atual, com os baixos salários, a elevação da demanda a ser atendida pelo serviço social, e o preparo dos outros profissionais que disputam o mesmo espaço sócio-ocupacional. Esse circuito emana dessa formação

precarizada, que se da entre outros fatores pela ampliação da mercadorização do ensino público e da elevação do ensino a distância, assim, apenas por meio da formação que se ancore em conhecimentos permeados por uma reflexão crítica é que os profissionais se tornarão competentes e qualificados para enfrentar essa ampla ofensiva do capital.

## REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996). Formação Profissional: Trajetória e Desafios. **Cadernos ABESS**. São Paulo, n. 7, p. 58-76, 1997.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda dos direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRAZ, Marcelo. Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social. In: **CRESS 7a. Região**. Assistente social: ética e direitos. Rio de Janeiro: CRESS/7a. Região, 2005.

COMBLIN, José. **O neoliberalismo: ideologia dominante na virada do século**. 2. ed. Petrópolis RJ: Editora Vozes, 1999.

CORREIA, Maria Valéria Costa. A Saúde no Contexto da Crise Contemporânea do Capital: O Banco Mundial e as tendências da contra-reforma na política de saúde brasileira. **Política de Saúde e Serviço Social: Impasses e Desafios. Temporalis**. Revista da ABEPSS, Ano VII, n. 13, São Luiz, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008 .

\_\_\_\_\_. Notas sobre cidadania e modernidade. **Revista Ágora**. n. 3, ano 2, 2005.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FLEURY, Sonia; OUVÉREY, Assis Mafort. Política de saúde: uma política social. In: GIOVANELLA, L. et al (Org.). **Políticas e sistema de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

GÓMEZ, José María. **Política e democracia em tempos de globalização**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUERRA, Yolanda. Direitos Sociais e Sociedade de Classes: O Discurso do Direito a Ter Direitos. In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (orgs). **Ética e direitos**: ensaios críticos. 2.ed. rev. Rido de Janeiro: editora Lumen Juris, 2010.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na Cena Contemporânea**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001a.

\_\_\_\_\_. A questão social no capitalismo. In. **Revista Temporalis**. n. 03. Brasília. 2001b.

\_\_\_\_\_. As dimensões ético – políticas e teórico metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: MOTA, Ana E. BRAVO, Maria Inês S. UCHOA, Roberta et al (orgs). **Serviço Social & Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. Rio de Janeiro. (julho de 2006), Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/sumario.htm](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/sumario.htm)>. Acesso em 15 de Outubro de 2012.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na cena contemporânea**. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009 a.

\_\_\_\_\_. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009 b.

LAURELL, Ana Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: Laurell, Asa Cristina (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. Trad. Rodrigo León Contrera. São Paulo: Cortez, 1995.

LESSA, Sérgio. **Serviço Social e Trabalho**: Porque o Serviço Social não é Trabalho. Maceió: EDUFAL, 2007.

LINS, Priscila Vasconcelos. **Os rebatimentos do neoliberalismo na execução da política de assistência social**.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 (a). Livro I, v. 1.

MÉSZÁROS, István. **Século XXI – Socialismo ou Barbárie**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

MONTAÑO, Carlos. O projeto neoliberal de resposta à 'questão social' e a funcionalidade do 'terceiro Setor'. **Revista Lutas Sociais**, NEILS/PUC-SP, São Paulo: Ed. Pulsar, n. 8, p. 53-64, 1. sem. 2002.

\_\_\_\_\_; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Terceiro Setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo, Cortez, 2002.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O Mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Seguridade Social Brasileira: desenvolvimento histórico e tendências recentes. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo, Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

\_\_\_\_\_. Cinco Notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis** – Porto Alegre: ABEPSS, Ano II, nº 3, 2001.

\_\_\_\_\_. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_; BRAZ, Marcelo Moraes dos Reis. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Francisco. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p.24-8.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Estado, sociedade e esfera pública. In: CFESS/ABEPSS. **Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

SIMIONATO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade. In: **Capacitação e Política Social**. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço social. In: **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.